

16.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 16/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2024

-----Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

----- Às vinte e uma horas e vinte e um minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES: -----

MEMBROS ELEITOS: -----

- -- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;-----
- -- **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro**, em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira; -----
- -- **José Alberto Nunes Leal**, em substituição de João Carlos Pinto Correia;-----
- -- Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro, -----
- -- Eduarda Filipa Pereira Ferreira;-----
- -- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
- -- Rúben João Pinto Bessa; -----
- -- Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- -- Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- -- Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- -- Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- -- Ana Cristina Leal Moreira;-----
- -- **Lurdes Cristiana Nunes de Bessa**, em substituição de Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes;-----
- -- **André António das Neves Magalhães**, em substituição de Ricardo Bessa Marques; -----
- -- Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- -- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
- -- **Flávia Catarina Pereira de Sousa**, em substituição de Joana Sofia Pacheco Nogueira;-----
- -- MARIA DE LURDES OLIVEIRA E CASTRO. -----
- **OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:** -----
- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- -- **Ana Paula Moreira**, como representante legal de Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caíde de Rei;-----
- -- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- -- **José Joaquim Ribeiro da Cunha**, como representante legal de Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----

- -- **Nuno Emanuel Moreira Fernandes**, como representante legal de Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----
- -- Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; -----
- -- Elisa Maria Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno; -----
- -- **Adriano Ribeiro Ferreira**, como representante legal de António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém; -----
- -- Eduardo António Sousa e Ferreira Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);
- -- Armando da Costa Silva, da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); -----
- -- Fausto Manuel da Costa Oliveira, União das Freguesias de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Verificou-se estarem presentes **29 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Manuel António da Mota Nunes, Carlos Manuel Soares Nunes, Maria do Céu Vieira Rocha e Nelson Ângelo Coelho Oliveira.-----

----- Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos:** -----

----- Em primeiro lugar, em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, Primeiro Secretário da Mesa, José Bernardino Pinto Nogueira, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo Segundo Secretário, Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. ----- Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários."), vamos chamar um membro Municipal para suprir a falta. Nestes termos, solicito ao Membro Municipal, **Maria José Magalhães**, que integre a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão para o de Segundo Secretário. -----

----- Em seguida, informou da justificação de falta à sessão de 30/04/2024, a qual foi relevada, ao Membro Municipal, Armando da Costa Silva, Presidente da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- Mais informou, que o Membro Municipal, Joaquim José Correia

Bessa, da Coligação Acreditar Lousada, apresentou justificação de falta à sessão ordinária de hoje, 27 de junho de 2024, qual foi relevada. -----

----- **Informou os pedidos de substituição nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada):** -----

- **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro**, substitui o membro efetivo José Bernardino Pinto Nogueira, uma vez que os seguintes elementos na lista de candidatos do PS à Assembleia Municipal de Lousada: Antero de Sousa Correia; Óscar Miguel Sobral da Silva e Lara da Rocha Santos se encontravam indisponíveis por motivos profissionais de substitui o membro em causa. -----
- **Flávia Catarina Pereira de Sousa**, substitui o membro municipal Joana Sofia Pacheco Nogueira, uma vez que os elementos a seguir na lista de candidatos do PS à Assembleia Municipal de Lousada: Rui Fernando Vieira da Silva Pereira, não estava disponível para a respetiva substituição. E, Nuno Emanuel Moreira Fernandes e Lurdes Cristiana Nunes de Bessa, encontravam a substitui outros elementos. -----
- **Lurdes Cristiana Nunes de Bessa**, substitui o membro municipal Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes. -----
- **José Alberto Nunes Leal**, substitui João Carlos Pinto Correia.-----
- **André António das Neves Magalhães**, substitui o membro municipal Ricardo Bessa Marques. -----

----- **E, pedido de substituição de nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al. º c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada):** -----

- Presidente da Junta de Lódares, Armando Jorge Mota Moreira, faz-se representar pelo seu representante legal, **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**. -----
- Presidente da Junta de Caíde de Rei, Luís Daniel Fernandes Peixoto, faz-se representar pelo seu representante legal, **Ana Paula Moreira**. -
- Presidente da Junta de Macieira, Paulo Abílio Teixeira dos Santos, faz-se representar pelo seu representante legal, **Joaquim José Ribeiro da Cunha**. -----
- Presidente da Junta de Nevogilde, Joaquim Ribeiro de Magalhães, faz-se representar pelo seu representante legal, **Nuno Emanuel Moreira Fernandes**. -----
- Presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém, António Fernando Morais da Silva, faz-se representar pelo seu representante legal, **Adriano Ribeiro Ferreira**.-----

----- De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos membros municipais presentes das seguintes atas (previamente enviadas) das reuniões de Câmara: -----

- Ata n.º 58 da Reunião Ordinária de 08 de abril de 2024; -----
- Ata n.º 59 da Reunião Ordinária de 24 de abril de 2024; -----
- Ata n.º 60 da Reunião Ordinária de 06 de maio de 2024 e, -----
- Ata n.º 61 da Reunião de 27 de maio de 2024. -----

----- Em seguida foi posta a discussão/votação a Ata da Assembleia Municipal n.º 15/2024, referente à Sessão Ordinária de 30 de abril de 2024, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 30 de abril de 2024. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Entrou na sessão, pelas 21h27min o(a) Membro da Assembleia Municipal, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Coligação Acreditar Lousada. -----

----- Nos termos da alínea d) do artigo 36.º do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, foi apresentada a Moção, cujo tema é sobre a “**Sessão Solene Evocativa do Cinquentenário do Dia 25 de novembro de 1975**”, apresentada pela Bancada da Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP), subscrita por Pedro Amaral, Deputado Municipal do CDS-PP, membro da Bancada Coligação Acreditar Lousada, que se a transcreve: -----

A MOÇÃO

“Sessão Solene Evocativa do Cinquentenário do Dia 25 de novembro de 1975”

«Portugal tem hoje uma Democracia plural consolidada, alicerçada no ideal de que nem a revolução se encerrou em si própria, nem a Democracia existiria sem revolução. O processo de libertação de Portugal iniciado em 25 de Abril de 1974, apenas evoluiu para o sistema de normalidade democrática que hoje vivenciamos após o 25 de novembro de 1975. O 25 de Novembro, mais do que uma nota de rodapé na história da Revolução, é o momento decisivo em que a mudança de regime em Portugal segue, irreversivelmente, o seu curso rumo ao modelo ocidental de democracia liberal que o país ansiava. Ocuparam um lugar de destaque, nessa data, o General Ramalho Eanes e Jaime Neves, bem como os líderes

de então do PS, PSD e CDS, pelo seu compromisso inabalável com os valores da Liberdade e da Democracia. Nas palavras do antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes “o 25 de novembro é continuação do 25 de Abril (...) O esquecimento do 25 de novembro não ajuda a Democracia. A História não se apaga. (...) Separar as datas é um erro histórico”. Nesse espírito, porque a memória só permanece viva quando os acontecimentos são devidamente celebrados e invocados, não só o Governo decidiu criar uma Comissão para comemorar os 50 anos do 25 de novembro, como a Assembleia da República deliberou organizar anualmente uma Sessão Solene Evocativa do Dia 25 de Novembro. Assim, porque parte essencial do sistema democrático que o 25 de novembro permitiu implementar, passa, também, pela eleição democrática dos órgãos das autarquias e pela consolidação e autonomia do poder local, facto que muito beneficiou Lousada desde a primeira eleição autárquica de 1976, a Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP) apresenta, nos termos dos artigos 17º, n.º 1, al. d) e 42º do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, a seguinte moção: De modo a reafirmar o inquebrantável compromisso Lousadense com os valores da Liberdade e da Democracia, deve o Município de Lousada promover e levar a cabo a organização em 2025 de uma sessão solene evocativa do cinquentenário do dia 25 de novembro de 1975, com a presença de todos os autarcas eleitos e intervenção dos partidos representados na Assembleia Municipal.»

----- A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período da defesa da Moção**, apresentada pela Coligação Acreditar Lousada, dando assim palavra aos Membros da Assembleia Municipal. -----

--- Intervenção do Membro Municipal, Pedro Amaral, da Coligação Acreditar Lousada: «Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o executivo na pessoa do senhor Presidente, os colegas e as colegas deputados, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público aqui presente e os Lousadenses que nos seguem em casa. Caros membros, desta Assembleia, caros lousadenses, Portugal tem hoje uma democracia consolidada. Os portugueses são soberanos no exercício do voto e todos os partidos políticos têm de direito a expressar os seus pontos de vista e a formular as suas propostas para condução dos destinos coletivos do país e das autarquias locais. Se é verdade que o atual sistema constitucional e pluralista partiu das sementes de abril não é menos verdade que apenas foi possível consolidá-lo pela ação determinada dos militares moderados que em novembro de 75 evitaram que em Portugal saísse vencedora do processo revolucionário uma ala tão extremista como aquela que abril derrubara. A 25 de novembro de 1975, o povo português colocou-se ao lado da liberdade e do pluralismo contra a vontade de alguns fazerem prevalecer o extremismo revolucionário sobre as liberdades cívicas e políticas inerentes à democracia parte essencial desse sistema democrático permite-nos também hoje estarmos aqui a

debatermos os destinos da nossa terra. A experiência autárquica em Portugal apenas alcançou o seu potencial pela instituição de eleições democráticas dos seus órgãos e pelo seu aprofundamento consolidação e autonomização. Desde as primeiras eleições autárquicas de dezembro de 1976, o poder local tem feito parte indelével do sistema político português auxiliando na consolidação da democracia através do vínculo de proximidade mantido entre eleitos e eleitores. Exemplo, disso, é a forma como todos os autarcas Lousadenses têm desde 1976, tanto no poder como na oposição exercido e exercem os seus mandatos de forma empenhada em prol das comunidades que servem e que muito tem enaltecido e beneficiado Lousada. A partir de 25 de novembro de 1975 para além da coragem e determinação dos militares, dos quais se destacam o General Ramalho Eanes e Jaime Neves foram decisivos os líderes de então de PS, PSD e CDS que recusaram submeter os seus princípios aos extremismos pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da democracia. Os mesmos três partidos fundadores do sistema democrático mantem hoje especial relevo na condução dos destinos do país, os mesmo três partidos fundadores do sistema democrático exercem responsabilidades nesta casa através dos seus autarcas eleitos pelos Lousadenses. Assim, porque a memória só permanece viva quando os acontecimentos são devidamente reconhecidos e assinalados no espírito da liberdade cujos 50 anos celebramos, eis chegada a hora dos mesmos três partidos afirmar nesta casa perante os Lousadenses se mantém o seu compromisso com os valores da liberdade e da democracia que puderam construir a partir de novembro de 75. Alguns membros do Partido Socialista podem até ver o 25 de novembro apenas como um argumento de trica política. O CDS e o PSD veem como um marco essencial da história contemporânea do país concretização última da liberdade e da democracia.» -----

---- Intervenção da Membro Municipal, Sónia Oliveira, do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros Colegas presentes, Público, senhora e senhores Presidentes de Junta. -----

A moção apresentada pela Coligação PSD/CDS a esta assembleia, destinada a prever a comemoração solene do 25 de novembro, para o próximo ano, merece-nos uma série de considerações. O PS sempre foi o partido basilar na história da democracia portuguesa. Esteve presente em todos os momentos mais importantes da democracia no nosso país e esteve sempre do lado da liberdade, fosse qual fosse a situação, tendo sempre um posicionamento político moderado, europeísta, progressista e renovador. O PS e os seus dirigentes, quer muita gente goste ou não goste, teve um papel fundamental no 25 de novembro. Para isso, basta verificar as recentes declarações de Marcelo Rebelo de Sousa a propósito do 25 de novembro e que passo a citar: "Hoje muita gente fala no 25 de novembro numa visão muito simples: foi a vitória da direita, civil e militar.

Isso não correspondeu ao que se passou a 25 de novembro" e depois acrescenta algo muito importante: "eu, para ser justo direi, que o principal aliado civil do 25 de novembro foi o PS, e nele Mário Soares, que também deu o seu contributo como aliado". Perante isto, não reste qualquer dúvida que o PS tem orgulho no que representou o 25 de novembro (aliás, a concelhia do PS Lousada lembrou em 2023 essa data) e repudia uma narrativa que agora querem tentar reescrever que foi a vitória da Direita contra Esquerda, porque não o foi e aqui se faz um ponto final no assunto porque este é um tema que nos deve unir e não separar; Por outro lado, que também fique claro que o PS não se sente órfão de datas históricas. Não temos alergia ao 25 de abril nem tentamos alterar os seus símbolos ou significados, nem a cor dos cravos. Não vimos contrariados às celebrações do 25 de abril ou a tentar sermos diferentes dos demais porque efetivamente as agruras do Estado Novo merecem ser repudiadas ao longo dos séculos e não reescritas de forma conveniente. Tanto agitamos bem alto o cravo vermelho que repudiamos qualquer tentativa que tivesse havido de levar Portugal para um caminho extremista de esquerda que felizmente não aconteceu. E se celebrarmos o 25 de novembro, não tenham dúvidas que cá estaremos em força e orgulhosos! Ainda assim, continuamos sem perceber a urgência de trazer a esta Assembleia este tema, quando estamos a um ano da data, e mais ainda a tentativa de tornar a mesma propriedade de alguém, ou de partidos, A ou B, ou querer parecer que a Democracia surgiu fruto do contragolpe militar e não da Revolução de Abril. Citando, também, Ramalho Eanes: "O 25 de novembro foi um momento fraturante e eu entendo que não devemos comemorar. Os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se e recordam-se apenas para refletir sobre eles." Deixamos também a questão que como agora existe uma maioria de direita no Parlamento, não quererão V. Exas. expor ou propor até um feriado nacional? Gostaríamos antes de mais, de salientar, repetidamente, que na história do PS, a data de 25 de novembro de 1975 sempre foi tida como importante da democracia que hoje conhecemos. Não podemos, e não devemos, é querer tornar a data mais importante do que é. Podemos assinalá-la? Claro que sim! Mas querer assumir compromissos para comemorar algo de forma solene em 25 de novembro de 2025, quando não sabemos sequer que partidos e/ou coligações e que candidatos irão a votos nas próximas eleições deixa-nos deveras perplexos. Que valor tem uma aprovação desta moção quando é votada num mandato distinto daquele que será a possível celebração? Por outro lado, a apresentação desta moção demonstra que a coligação PSD/CDS está convicta de que o PS irá vencer as próximas eleições autárquicas em Lousada, porque se fosse a coligação PSD/CDS a vencê-las, esta moção seria redundante porque fariam as celebrações que quisessem e muito bem entendessem. Por isso, agradecemos desde já o voto de confiança. Queremos terminar, dizendo que a nossa intenção de voto, se se mantiver os termos desta moção será a abstenção, mas este voto nada tem que ver com a data em si e a sua importância, mas sim, porque quem pode decidir o que

deve ser comemorado e de que modo serão os órgãos eleitos nas próximas autárquicas. O atual executivo municipal e assembleia municipal não podem vincular, politicamente, os que vierem a ser eleitos nas próximas autárquicas. Caso se chegue a um acordo e se altere a moção para que seja aprovada uma sugestão de sinalização dos 50 anos do 25 de novembro ao executivo municipal que será eleito em 2025, nada teremos a obstar e aprovaremos.» -----

---Intervenção do Membro Municipal, Pedro Amaral, Coligação Acreditar Lousada: «Só dois esclarecimentos porque agora fiquei na dúvida. Querera a colega deputada querer dizer que as moções que sejam apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista também são redundantes, pergunto eu. Segunda questão é uma moção, é uma proposta logicamente é uma situação que cabe num mandato posterior, seja qual for a decisão que sair da Assembleia. O executivo que estiver na altura tomará as diligências que entender consoante aquilo que foi a moção apresentada e votada, aprovada ou não na Assembleia Municipal, disse.» -----

----A Moção foi é aprovada com 10 votos a favor da Coligação Acreditar Lousada e 20 abstenções do Partido Socialista dos seguintes membros municipais: -----

- Sonia Cristina Lourenço Ribeiro; -----
- José Alberto Nunes leal; -----
- Eduarda Filipa Ferreira; -----
- João Carlos Fonseca; -----
- Ruben João Bessa; -----
- Maria José Magalhães; -----
- Sónia Cláudia Oliveira; -----
- Vítor Carlos da Silva; -----
- Lurdes Cristiana Nunes de Bessa; -----
- Pedro Filipe Teixeira Faria; -----
- Paulo Alexandre Pedro Magalhães; -----
- Flávia Catarina Pereira de Souza; -----
- Jorge Agostinho Cunha, Presidente da Junta de freguesia de Aveleda; -----
- Carlos Manuel da Rocha leal Ribeiro, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, Presidente da Junta de freguesia de Lodares; -----
- José Joaquim Ribeiro da Cunha, representante legal de Paulo Abilio Teixeira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira; -----
- Nuno Emanuel Moreira Fernandes, representante legal de Joaquim Ribeiro de Magalhães, Presidente da Junta de freguesia de Nevogilde; ---
- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, Presidente da Freguesia do Torno; -----
- Adriano Ribeiro Ferreira, representante legal de António Fernando Morais da Silva, Presidente de Junta da freguesia de Vilar do Torno e

Alentém;-----

•---Eduardo António Sousa e Castro Taveira, Presidente da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); ----

•---Maria de Lourdes Castro. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

-----**Entrou na sessão, pelas 21h57min, o (a) Membro Municipal da Assembleia, Eduardo Augusto Vilar Barbosa Presidente da União de Freguesias Cristelos, Boim e Ordem, Partido Socialista.**-----

-I----- Intervenção do Membro Municipal, Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada: «Muito bem, agora sim. Depois desta renhida votação, vamos então continuar os trabalhos. Portanto. Já cumprimentei a Mesa, os senhores vereadores, senhores deputados e a comunicação social e os Lousadenses. Então, dizia eu na penúltima sessão da Assembleia Municipal, em fevereiro deste ano, fiz uma intervenção a propósito do futuro do desporto automóvel em Lousada, isto em resultado de informações que andavam a circular na praça pública e não só, segundo as quais o senhor Presidente da Câmara estaria a negociar a compra dos terrenos da atual Pista da Costilha e de outros adjacentes. No seguimento dessa intervenção, propôs que a Câmara Municipal promovesse uma discussão pública sobre o futuro do desporto automóvel em Lousada e a sua importância para Lousada e não a mera discussão se devemos manter a Pista de Automóveis na costilha ou noutra local qualquer. Como sabem o Senhor Presidente da Câmara recusou-se a promover a discussão pública, recusou a ouvir para melhor decidir. E, agora sabemos todos porquê. As negociações e os negócios já estavam em velocidade de cruzeiro, não convinha parar para refletir, muito menos para mudar de opinião. Mas modéstia à parte, a minha intervenção fomentou a discussão pública e isso foi bom. Obviamente que há opiniões para todos os gostos e ainda bem. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, antes de mais e para que não restem dúvidas até hoje, nunca disse qual era a minha opinião para não inquinhar o debate. Ninguém me ouviu dizer que prefiro manter a pista na costilha ou noutra local de Lousada. Mas disse na Assembleia de fevereiro e passo a citar, “A localização da pista do desporto automóvel não pode ter apenas por fim último a realização de provas de Autocross, Ralicross e

uma vez por ano, a classificativa do Rali de Portugal. O desporto automóvel em Lousada em resultado da sua história. Tem de se ser encarado como um meio uma âncora para o desenvolvimento de Lousada. Por isso, a sua localização é fundamental. Na pista do desporto automóvel e próximo desta temos de ter espaço terrenos disponíveis, condições para construir outros equipamentos e para atrair investimentos que sejam potenciadores de emprego qualificado na área do automóvel e do desporto motorizado. Mais do que uma pista para o desporto automóvel, temos de criar um complexo do desporto automóvel em Lousada, com uma pista funcional para vários Desportos motorizados e não só automóveis. No mesmo complexo desportivo automóvel, tem de haver espaço para, por exemplo, um hotel temático, restaurantes, bares e um museu do desporto automóvel. E para o mesmo complexo desporto automóvel temos de atrair empresas na área dos automóveis e até escolas de formação em mecânica e noutras profissões ligadas aos automóveis ou ao desporto motorizado. Temos todos que ver um bocadinho mais à frente, é preciso visão estratégica. Fim de citação". Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, na sessão desta Assembleia em fevereiro último como referi, o senhor Presidente da Câmara foi muito evasivo nas respostas, não nos esclareceu devidamente e porque temos muitas dúvidas sobre os negócios que envolvem a pista e as áreas envolventes, bem como quanto à localização da pista, dirigi a 31 de maio um e-mail ao senhor Presidente da Câmara, que 21 dias depois me respondeu. Apresentei 16 perguntas ao Senhor Presidente da Câmara das respostas, concluímos o seguinte: Que está a negociar com a Casa da Costilha a aquisição de 5 hectares de terreno para construir um o novo Paddock e uma rua com extensão de 450 metros a partir da rotunda da Avenida Jaime Moura até a variante à estrada nacional 106. Quanto vai custar ao Município a compra deste destes 5 hectares de terreno? Não respondeu, o Senhor Presidente, ainda é segredo. Pior também não sabe quanto vai custar à Câmara Municipal de Lousada a abertura da nova rua, bem como todas as suas infraestruturas. Informou o Senhor Presidente de Câmara, que a INTUL vai ceder os terrenos da atual pista e, em contrapartida, a Câmara Municipal de Lousada vai elaborar um plano de pormenor que vai incluir o terreno do atual Paddock e de outro, junto ao Paddock até próximo do Pingo Doce. Após aprovado o plano de pormenor, a Câmara Municipal tem que pagar todas as infraestruturas urbanísticas para a construção no terreno do atual Paddock, bem como um arruamento numa extensão de 600 metros desde a Avenida Jaime Moura até à rua da Costa Nova, atrás do Pingo Doce. Confirmou o Senhor Presidente da Câmara que a Câmara Municipal vai assumir as despesas, mas não consegue dizer-nos quanto vão custar os projetos e as obras ao Município. Perguntei ainda ao Senhor Presidente da Câmara, quanto vai custar ao Município a remodelação e a modernização da pista da costilha da sede do clube automóvel de Lousada e dos equipamentos junto à pista? Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, que não sabe porque não há estudos nem projetos. Não há projetos, nem estudos para nada, mas questionado por mim, lá admitiu que vai haver estacionamento em

abundância e que vão ser criados parques de estacionamento próximos do circuito e ainda bem dizemos nós. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, porque as questões ambientais são muito importantes, também perguntei. Com as obras a realizar pelo Município e ou por privados, pode o senhor Presidente da Câmara garantir-nos que não haverá problemas ambientais e de ruído a médio e a longo prazo que possam impedir a realização de provas e eventos motorizados nacionais internacionais? A resposta do Senhor Presidente de Câmara resume-se a uma questão de fé, pois para aquele local não prevê problemas ambientais no futuro. E espera, inclusive obter uma certificação ambiental da FIA. Concluídas todas as obras, o senhor Presidente da Câmara Municipal tem fé acredita que a atual pista ficará com todas as condições para acolher provas nacionais e internacionais do desporto automóvel. Senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores deputados, resumindo e concluindo. O Senhor Presidente de Câmara tem umas ideias, acha que a pista deve ficar na costilha. Não tem projetos, não têm orçamentos, não faz ideia quanto é que isto tudo vai custar à Câmara Municipal. Mas tem fé, de que tudo vai correr bem. Que vai haver dinheiro, que as questões ambientais e de ruído não vão impedir a realização de provas nacionais e internacionais e que a concentração de centenas de habitações a construir junto à pista num raio de 400 metros, não vai ser problema. Sim, a elaboração do plano de pormenor é para regular a construção, mas não impede a construção nos terrenos junto à pista. Senhor Presidente da Câmara com a sua decisão e que me parece irreversível, vamos certamente perder a última oportunidade de fazer do desporto automóvel mais uma âncora para o desenvolvimento de Lousada. Senhor Presidente da Câmara, recordo-lhe que Jaime Moura, o pai, o fundador do clube automóvel de Lousada e do desporto automóvel em Lousada, um visionário, há mais de 35 anos que defendia que deveríamos construir uma nova pista num outro local em Lousada. Então apresentou pelo menos 2 alternativas em Lustosa e em Lousada Santa Margarida e como bem sabe e outros dos fundadores que felizmente ainda se encontram entre nós e com saúde, não concordam com a manutenção da pista naquele local. Senhor Presidente da Câmara, se tivesse genuinamente vontade de estudar outras alternativas, esta era a hora, pois estamos na fase de revisão do plano diretor municipal de Lousada. Há terrenos em Lousada, hoje em reserva agrícola ou florestal, onde a preços razoáveis poderia a Câmara Municipal adquiri-los e aí construir uma nova pista e instalar outros equipamentos na área do desporto automóvel e do desporto motorizado. Enfim, como já referi, poderíamos ter em Lousada um complexo do desporto automóvel, com espaços para o Museu do Desporto Automóvel e Motorizado, um hotel temático, restaurantes, bares e ainda terrenos para atrair investimento. Empresas no setor do automóvel e até na formação automobilística e do desporto motorizado. Poderíamos e deveríamos criar condições para que a pista e o clube automóvel de Lousada fossem sustentáveis financeiramente. Mas, Senhor Presidente da Câmara, peço desculpa pela expressão, mas entendo que tem vistas curtas, pensa

pequenino. Não tem ambição e com isso não tenho dúvidas, está a hipotecar o futuro do desporto motorizado em Lousada. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, um autarca, principalmente um Presidente de Câmara tem de ver mais além, não deve tomar decisões que hipotequem e o futuro da sua terra, não deve decidir com base na emoção e nalguns interesses circunstanciais. Um Presidente de Câmara que esteja mesmo genuinamente preocupado com o futuro do seu município, tem de saber ouvir, planear e executar, não em função de interesses particulares e ou corporativos, mas em função de outros bens maiores, o bem-estar da população e, o desenvolvimento sustentado do território que administra. Senhor Presidente da Câmara, salvo melhor opinião, parece-me que o caminho que está a impor para o desporto automóvel em Lousada, não defende o futuro do nosso concelho. Falta-lhe estratégia de desenvolvimento, falta-lhe arrojo, falta-lhe ambição. Pior ainda, está a hipotecar o futuro, o futuro de Lousada e das próximas gerações, disse.» ---

----- **Intervenção do Membro Municipal, Ana Leal Moreira, Coligação**

Acreditar Lousada: «Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, vereadora, vereador, deputadas e deputados Municipais, Presidentes de Junta, público, comunicação social, lousadenses. -----

----- Hoje venho mais uma vez abordar a questão do Plano Municipal de Juventude. Segundo a informação escrita do Senhor Presidente, iniciaram-se as reuniões para elaboração do Plano Municipal de Juventude e muito alegre em saber que mais uma vez o executivo municipal foi a reboque da Coligação Acreditar Lousada, uma vez que temos vindo ao longo deste mandato várias vezes, até inclusive na minha pessoa, vir falar relativamente a este assunto até na Assembleia Municipal de 29/09/2022. E, para além de parabenizar o executivo por finalmente colocar como prioridade a elaboração deste documento tão importante para os jovens, cujo objetivo é simples efetivar um documento plurianual que define a estratégia das políticas locais da Juventude Lousadense, venho também, por outro lado, relevar a importância do seu processo de criação. Se efetivamente queremos que este Plano Municipal de Juventude contenha políticas de empoderamento e de respeito pelas preocupações e pelos anseios dos jovens Lousadenses, o executivo municipal tem sem pressões eleitorais de auscultar os jovens. E, é com essa base desse conteúdo que vai resultar dessa auscultação dos jovens, que se deve construir o Plano Municipal de Juventude, implementando uma linha orientadora para o emprego, para o empreendedorismo, para o associativismo, para o apoio psicológico e pedagógico, para os transportes públicos e para a habitação. E para finalizar, aproveito para falar sobre a Casa da Juventude e falo em Casa da Juventude e não em Lousada Coworking. Sei bem que este município não trabalha para inaugurações, mas ainda assim queria questionar diretamente o senhor vereador Nelson Oliveira, que aos largos meses vem falando na inauguração da Casa da Juventude. Portanto, queria também perguntar quando é que a casa da Juventude irá entrar em funcionamento

e qual é que vai ser a utilidade e o objetivo na prática para os jovens lousadenses? E, em jeito de provocação, assim termino, posso dizer que estas minhas questões seriam inúteis, uma vez que se já existisse o Plano Municipal de Juventude, não as estaria aqui a fazer. Muito obrigada.» -----

Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista: «Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa e senhores secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e demais vereadores, excelentíssimos membros eleitos por esta Assembleia Municipal, excelentíssima comunicação social e restantes elementos do Público aqui presentes. -----

----- Dr. Leonel, confesso-lhe uma coisa, nem vinha aqui falar, mas há uma coisa que me confunde e que me vai ter de esclarecer: primeiro, há aqui uma incoerência tremenda, vocês estão primeiro preocupados com a localização da Pista da Costilha porque entendem que aquele não é local adequado para todas aquelas valências que veio aqui elencar. E, portanto, para essas valências todas há de ser necessário um determinado valor que acredito que seja elevado. E, depois em segunda linha, vem esclarecer que a estratégia do Sr. Presidente e deste executivo é manter a pista ali e no parecer da Bancada da Coligação é errado, mas está preocupado com os custos porque o Dr. Pedro não consegue precisar os custos de manter ali a pista. Ou seja, acredito honestamente, até porque este executivo já nos habituou a isso, que não vai haver aqui nenhum cometimento de loucuras financeiras, porque não é esse o hábito, não é essa a regra, nunca foi essa a premissa. E, portanto, à partida, nós não estamos aqui perante uma loucura financeira e acredito sobretudo que não haja ainda um valor final, porque ainda estão a ser feitas negociações, por isso é que o assunto ainda não veio aqui a discussão. E, depois há outra coisa aqui que me confunde que é várias vezes vem aqui o Dr. Leonel dizer e passo a citar: “negociações em velocidade cruzeiro”. Já na última vez veio falar isto, tenho dúvidas sobre os negócios. O que é que exatamente existe, porque é importante concretizar. Que dúvidas é que têm sobre os negócios na zona da Costilha!... Porque levanta aqui esta questão, já levantou da última vez, eu gostava que me esclarecesse, porque até lhe digo, para mim negociatas é comprar a custos reduzidos em reserva agrícola e alterar depois o PDM. Isso para mim é que são negociatas.» -----

Intervenção do Membro Municipal, Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada: «Apenas para responder à Dra. Eduarda, que eu nunca falei em negociatas. Eu apenas falei que o Sr. Presidente de Câmara, que estava a trabalhar no assunto da Pista da Costilha, sem primeiro ouvir desde logo os Vereadores na Câmara Municipal, isso ao tempo, estamos a falar de fevereiro e sem ouvir sequer a Assembleia Municipal. Apenas me referir a isso relativamente à questão do negócio.» -----

Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «Muito boa noite a todos e a todas, um cumprimento especial

à Mesa e, em especial, à senhora Presidente da Assembleia Municipal. ---
----- Começando pelo fim, pela intervenção da Sra. Deputada sobre a questão que colocou sobre a Casa da Juventude, prevemos que possa estar aberta ao público nas próximas semanas. O mote principal, que nos levou àquele desafio, teve que ver com um projeto do orçamento participativo jovem que foi sinalizado e que tinha que ver com uma necessidade que os jovens sentiam, sobretudo os jovens com gosto pela música, de ter um espaço onde pudessem fazer trabalhos mais específicos, mais técnicos, de gravação, etc. Na altura fomos ver alguns espaços, nomeadamente estúdios no centro comercial STOP, no Porto, que agora tem passado na televisão por causa de problemas com a Câmara. E, a partir daí, desenvolvemos o projeto, mas dando-lhe uma outra dimensão para além dessa, portanto, o espaço vai ficar com condições para trabalhar essas questões da música, mas vai ter também outros espaços multifuncionais que podem ser usados, quer como apoio ao Coworking, quer para outro tipo de necessidades que os jovens tenham, porque vai ter um acesso interior que vai ligar ao espaço de cima e, portanto, cremos que vai ser um espaço diferenciador, com qualidade e, sobretudo, muito útil para os jovens, não só os que gostam de música, mas também para os outros. -----

----- Depois, relativamente à intervenção do senhor deputado Leonel Vieira, eu vou fazer um esforço para não lhe responder à letra. E vou tentar ser o mais esclarecedor possível dentro daquilo que posso adiantar. E começava pela segunda intervenção que fez, de que não ouvi os senhores vereadores. Isso não é verdade! Aliás, numa das reuniões da Câmara, inclusivamente, mostrei aos senhores vereadores o desenho em que estávamos a trabalhar, aquilo que estava em cima da mesa, aquilo que estava a ser negociado com os particulares. E como o senhor sabe, nenhum Presidente de Câmara deste país tem competência para vincular o Município, acima de determinados valores. Aliás, no caso em concreto, nem a própria Câmara terá, se houver encargos plurianuais, pelo que o assunto tem de ser discutido e aprovado nesta Assembleia. Se houver um plano de pormenor, que é o que está previsto, o assunto tem de ser aprovado na Assembleia. E, portanto, aquilo que eu estou a fazer, à longa data, anos até, é ver se há condições, se no fundo a opção Costilha é uma verdadeira opção, ou não. A determinada altura, eu tinha sérias dúvidas que fosse uma opção real, uma opção exequível, porque de nada vale nós termos muita vontade se os proprietários não estiverem disponíveis para negociar em condições aceitáveis, para não dizer acessíveis. E, portanto, aquilo que referiu aqui de uma discussão pública sobre o desporto automóvel em Lousada, isso é um fait divers. É evidente que nós podemos e devemos sempre equacionar mais do que uma solução. E a solução de uma pista nova também foi ponderada, em diversas localizações. Mas as coisas não são assim tão simples. Não sei se o senhor fala com convicção, ou se está apenas a tentar desmerecer um processo negocial que tem sido muito complexo e que se chegar a bom porto, salvaguardará devidamente o interesse público, como sempre. Mas nos processos negociais, para que

eles surtam efeito, é necessário haver equilíbrios e os particulares também têm de sentir, de algum modo, que o acordo também é bom para eles, caso contrário não estarão disponíveis para isso. Os bons acordos têm de ser bons para todas as partes. E, no caso em concreto, a solução será menos onerosa do que seria uma solução de raiz. E as soluções de raiz têm logo um grande problema. Se o senhor olhar para o mapa encontra poucos locais com condições favoráveis para esta dimensão mínima de 10 hectares. A não ser que se vá para a reserva agrícola, para a reserva ecológica ou para áreas de floresta. Mas vir aqui falar de problemas ambientais e depois vir dizer que a solução era RAN e floresta, eventualmente REN, acho que é incongruente. No projeto que eu espero vir a propor à Câmara e à Assembleia, se conseguir fechar as negociações, só uma pequena parte é que não é solo urbano. É uma coisa ínfima, porque grande parte dos terrenos já são solo urbano. -----

----- Relativamente à sua solução, das duas uma, ou mentia-se aos proprietários, ou então, ao saberem que a Câmara queria adquirir 10 ou mais hectares para construir uma pista, não iam vender a 5 ou 6 €, como é óbvio! Ou o senhor acredita nisso? Diz-me o que tens e onde! E para que fique bem claro esta questão, se porventura houver alguém que pense que a Câmara podia expropriar, por exemplo, em reserva agrícola, que se desengane. Porque, efetivamente, a Câmara pode expropriar em RAN, mas qualquer advogado com o mínimo de experiência invocaria a jurisprudência do Tribunal Constitucional que existe e que basicamente diz que os terrenos que não tenham capacidade construtiva, mas que são expropriados para construir têm de ser pagos como terrenos aptos para construção. Ou seja, num cenário destes, de a Câmara eventualmente expropriar um terreno para fazer uma pista ou outro grande projeto qualquer seria suicida. Portanto, é uma opção que deve ser afastada liminarmente. Aliás, eu tenho dito repetidamente que não sou adepto de expropriações, que devemos procurar sempre a via negocial, até porque isso deixa sempre marcas. Mas nos casos em que tem de ser mesmo, só se for pequenas parcelas, porque efetivamente estes processos podem ser muito complicados, com consequências muito negativas do ponto de vista financeiro. Portanto, não sendo essa uma opção, a única seria negociar com as pessoas, mas muito honestamente, uma coisa é nós pedirmos às pessoas para ceder x metros para alargar uma estrada ou negociarmos uma pequena área para isto ou para aquilo. Aí é possível adquirir esses terrenos por preços muito razoáveis, na ordem dos 5 ou 6 €. Aliás, ainda na última reunião de Câmara, nós apresentamos uma proposta que foi aprovada para resolver um problema com décadas, que é o campo de jogos do Lagoas. Aqueles terrenos são propriedade de duas famílias e foram sempre usados de mero favor. Mas há uns anos, houve uma sentença judicial no sentido de que o clube tinha de desocupar os terrenos. Esse campo de jogos está classificado no PDM como zona de equipamentos, mas isso não resolve o problema. Estas questões resolvem-se com a revisão do PDM? Não se resolve coisa nenhuma, até se pode agravar e porquê? Porque a partir do momento em que os terrenos sejam classificados como

equipamentos, passam a ser terrenos aptos para construção e têm de ser pagos como tal. E foi o que nós fizemos. Os proprietários foram impecáveis, perceberam também que estava ali em causa um interesse comum da freguesia, a utilidade pública, e ajustaram os preços, a valores muito razoáveis. Mas é óbvio que nós tivemos de diferenciar no valor do custo unitário do metro quadrado, aquilo que estava classificado como zona de equipamentos e a parte que estava classificada como RAN e que vai ter de ser usada para a ampliação, porque o campo não tem as medidas mínimas, e conseguimos adquirir esses terrenos por preços muito razoáveis. E, isto para dizer o quê? Que numa situação dessas de fazer um investimento de raiz com mais do que 10 hectares – porque para ter essas valências todas que o senhor estava a propor é preciso muito mais de 10 hectares – seria extremamente difícil encontrar terreno disponível a preços razoáveis. Isto são coisas sérias que têm implicações financeiras muito significativas. E pergunto eu, o complexo empresarial e o hotel tem de ser no mesmo local, ao lado da pista? -----

----- Basicamente, aquilo que importa saber é se queremos resolver o problema ou se queremos fazer disto uma questão político-partidária e discutir, discutir e discutir. E há uma coisa que tenho a certeza. Se não houvesse uma solução, provavelmente os proprietários da INTUL iam impedir que a pista continuasse a ser utilizada. Porque foram anos e anos de utilização gratuita e também temos de pô-los no lado deles, já deram que chegue para esse pedidório. Portanto, esta situação tem de ser resolvida. --

----- Uma solução de raiz não se implementa de um dia para o outro, nem de um ano para o outro, são coisas muito morosas e teria logo essa primeira consequência, iria determinar, provavelmente, uma pausa, e não sabemos com que efeitos, na prática do desporto automóvel em Lousada. Dito isto, nós identificamos um local que poderia ser uma alternativa para uma construção de raiz, mas em termos topográficos ia obrigar a grandes movimentos de terra e a propriedade era muito parcelada, com muitos proprietários. E depois de a Câmara comprar a uns ia ter problemas com os outros. Aliás, é um dos problemas que nós temos aqui nesta negociação que estamos a desenvolver, porque só terá, na minha opinião, interesse para a Câmara, se nós conseguirmos garantir a aquisição das duas, senão ficamos com um problema ainda mais difícil de gerir no futuro. E esse pressuposto foi posto em cima da mesa desde as primeiras negociações e todos perceberam e concordaram com isso e estão disponíveis para o assunto ser aprovado nessas condições, se vier a ser aprovado pelos órgãos próprios, nomeadamente pela Câmara e pela Assembleia – não é por mim, a minha função é apenas propor uma solução, uma boa solução, na minha opinião, que vai resolver o problema com os olhos postos no futuro. -----

----- Quanto à crítica de vistas curtas, estes óculos que uso é para ver ao perto. Ao longe eu não preciso, felizmente. Já o disse aqui que um investimento desta natureza tem de ser feito de modo que se passe a ter condições para aspirar a eventos desportivos internacionais, como é óbvio. E, portanto, o que está previsto e que também lhe disse, e o senhor podia ter lido toda a resposta que lhe dei, é a ampliação da pista e um novo

paddock com todas as condições necessárias para a prática do desporto automóvel nacional, mas também internacional. No desenho da pista, nós estamos a ser aconselhados pelos melhores, sempre em articulação com o clube automóvel, mas com a colaboração de pessoas muito referenciadas em termos internacionais. Mas não lhe posso dar algumas respostas concretas sobre coisas que você me pergunta, porque isso seria uma falta de ética e de consideração pelas pessoas com as quais se está a negociar, até porque essas negociações ainda não estão fechadas. O que eu lhe posso explicar e já lhe expliquei na resposta que lhe dei, é o modelo de negócio. Ou seja, o que está previsto é a Câmara propor um plano de pormenor que vai prever a urbanização da zona que é atualmente ocupada pelo paddock e, eventualmente, os terrenos adjacentes, que na nossa opinião, faz sentido incluir, para que efetivamente essas novas casas que ali venham a ser construídas não tenham necessariamente que se servir pelas acessibilidades da pista, ou seja, da Avenida Jaime a Moura e da variante urbana. Portanto, prevemos que tenham outras ligações para cima, nomeadamente para aquelas duas ruas que existem sem saída, a rua Rodrigo Fernandes e a outra mais acima, agora não me lembro do nome... São duas ruas que desembocam na rua do Comércio, na estrada nacional, são ruas sem saída. Portanto, com este estudo que nós fizemos, essas ruas vão passar a ligar a um novo arruamento estruturante que vai ligar a Avenida Jaime Moura à zona do Pingo Doce e, por sua vez, depois poderá ligar à rotunda que existe abaixo do Pingo Doce, no início da reta da variante urbana. Esse plano de pormenor prevê determinado volume de construção e por força dessa construção, os proprietários são obrigados a fazer cedências obrigatórias para espaços verdes e para equipamentos, o que resulta da lei e resulta do nosso PDM. O que está em cima da mesa é bom para os proprietários e é bom para a Câmara. O que está a ser proposto é que, para além daquelas cedências que vão existir na zona que vai ser urbanizada, nomeadamente espaços verdes, que a cedência seja feita também com o terreno da própria pista. Acontece que o terreno que é ocupado pela pista é muito superior àquilo que os proprietários seriam obrigados a ceder. E, portanto, o que está também previsto é que, para equilibrar a balança e como os proprietários vão ceder mais terreno do que seriam obrigados por força da lei, que sejam avaliados esses terrenos – e já há acordo quanto a essa avaliação – e que a Câmara possa fazer parte das obras de urbanização. Eu só não lhe disse o valor porque não está fechado. O que será proposto à Câmara e à Assembleia é que a Câmara assuma todas as obras de urbanização, exceto a rede de potência de energia elétrica e de telecomunicações. Portanto, só colocaríamos os negativos e depois os proprietários fariam o resto. E, portanto, com a INTUL, estamos a falar de um orçamento que não chega aos 900 mil euros de obra. Esse valor será deduzido ao valor da parcela que vai ser cedida. Depois ainda há aqui algumas variáveis, dependendo das obras que vão ser assumidas, mas ainda terá de ser pago um valor na ordem dos 300 mil euros, mais ou menos. Mas acho que é prematuro estar a dar pormenores, porque as negociações não estão fechadas, portanto, estamos ainda a limar

arestas, mas com a INTUL o esforço financeiro com pagamentos em dinheiro será mínimo. Quanto à Casa da Costilha será uma compra e venda. -----
----- Com esta proposta conseguimos resolver o problema sem entrar em loucuras de comprar terrenos a preços exorbitantes e conseguimos, de uma forma planeada e bem conseguida, ter mais uma zona de expansão da Vila, para onde ela pode crescer de uma forma estruturada, com todas as condições. Se todos nós, uns mais do que outros, reconhecem que o concelho está a crescer e está a crescer de uma forma estruturada e planeada, isso também se deve, e muito, aos investimentos públicos que a Câmara, ao longo dos tempos, foi realizando. Veja-se aqui à nossa volta, esta ligação da Feira à Escola Secundária. Aliás, o parque urbano é um bom exemplo dessas parcerias que temos feito com os particulares. A Câmara não gastou um tostão em terrenos com a primeira fase do parque urbano, porque os proprietários cederam o terreno e, entretanto, como têm muitos terrenos que vão sendo urbanizados, criou-se uma bolsa de cedências e onde se vai descontando aquilo que são as cedências obrigatórias. Se o Município não tivesse recorrido a essa forma, provavelmente teria de se endividar, de fazer um empréstimo para adquirir os terrenos por valores seguramente mais consideráveis do que aqueles que nós acertamos. -----
----- Relativamente aos outros particulares, nós ainda propusemos que fossem eles a assumir a realização das obras de urbanização, porque nada obsta também que assim seja, mas fizeram questão que seja a Câmara a assumir, pelo que temos de encontrar uma forma de compensar a Câmara do investimento que vai fazer. Uma das possibilidades, por exemplo, é a Câmara ficar com lotes de construção, que será também uma boa resposta para esta crise de habitação que existe e uma forma também de, no futuro, darmos o nosso contributo para combater a especulação imobiliária, porque teremos eventualmente oferta também de lotes aptos para construção em altura. É uma hipótese. E, depois temos aqui outra coisa que é interessante é que estas obras estão referenciadas no Norte 2030, a exemplo daquilo que já fizemos no passado com outras intervenções no espaço público. A nossa ideia é depois apresentar uma candidatura para isso, ou seja, é outro ganho que poderemos vir a ter. Portanto, basicamente, acho que o senhor deputado devia estar calmo e confiar em quem a esmagadora maioria dos lousadenses confia e depois você daqui a uns meses vai acabar por me dar razão. Assim espero, mas ainda não estou a dar por garantido porque estas negociações têm sido muito difíceis. Todos os dias há mais um problema para resolver. E sobretudo o sucesso delas depende de se conseguir o acordo com todos, sobretudo com as duas partes, INTUL e Costilha. Houve uma altura em que eu duvidei seriamente que fosse possível chegar a acordo, mas neste momento não tenho dúvidas de que é possível, de que está por um fio conseguimos uma plataforma de entendimento. A mim compete-me fazer uma proposta clara que defenda o interesse público. O que está previsto, também, e é isso que vou propor à Câmara e à Assembleia, é que a própria deliberação fique condicionada àquilo que for depois o resultado da discussão pública, o que não seria obrigatório. Mas eu acho que para uma discussão pública

ser séria, nós temos de ter propostas concretas porque senão estamos a falar no ar, sobre o futuro disto e o futuro daquilo e podemos ter muitas ideias, mas depois elas não são exequíveis. E, portanto, essa discussão pública vai ser sobre uma proposta concreta que naturalmente terá os seus inconvenientes, como qualquer proposta, mas que na minha opinião, terá muito mais vantagens do que inconvenientes. -----

----- Relativamente à questão ambiental, para que não haja dúvidas quanto a isso, a única questão que se poderá colocar é o ruído. Mas não creio que seja um problema porque é uma atividade que funciona durante o dia. No limite, poderíamos colocar barreiras sonoras, mas não creio que se justifique. Aliás, eu em Caíde, dependendo dos dias, por vezes oiço os carros na pista. Depende de como estão os ventos. Mas temos um prédio ao lado da pista e nunca houve nenhuma queixa de ruído, a não ser há uns anos, pelo funcionamento dos Karts, no verão, já depois da meia-noite, o que não voltou a suceder. Portanto, as pessoas têm direito ao sossego, como é óbvio, mas não creio que haja esse problema e se esse problema existisse, tanto existia ali como noutra ponto qualquer do concelho, porque dependendo dos ventos, pode-se ouvir a quilómetros. E, por outro lado, a tendência até são os carros elétricos. Aliás, no mundial de Rallycross, os melhores e mais rápidos até são elétricos. -----

----- Portanto, se quisermos elencar problemas, todos nós temos inteligência suficiente para elencar problemas. Isso temos. O que eu acho é que não vale a pena estarem a apontar o dedo sem conhecerem em concreto qual é a proposta e sem fazerem uma avaliação correta sobre a mesma. -----

----- Sinceramente, eu fiquei irritado de o ouvir e estou a fazer um esforço para não lhe responder à letra. Mas há coisas que lhe fica muito mal e o senhor veio aqui agora emendar a mão e dizer que nunca falou em negociatas. Eu agora não vou jurar, mas tinha essa convicção que tinha dito isso. Mas, eu vou ver o que ficou na ata. -----

----- Quanto ao pensar pequenino, sinceramente, acho que não tenho esse defeito, mas eu prefiro depois responder-lhe com factos e com realizações concretas. O que interessa agora é conseguirmos o acordo com os particulares. Esse é o grande desafio e, portanto, espero a muito curto prazo poder concluir isso com os particulares e, depois, se assim for, vou pedir à Sra. Presidente da Assembleia que marque uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir o assunto e para se poderem pronunciar sobre essa proposta, sem prejuízo depois da mesma ser sujeita a discussão pública. E, todos os contratos que nós viermos a assinar com os particulares, ficarão sujeitos a essa condição de que só terão eficácia para o Município depois de se promover um período de discussão pública e depois da Câmara Municipal apreciar todas as sugestões e reclamações que vierem a surgir no âmbito dessa discussão pública. E isso nessa fase, sim, será uma discussão pública séria de algo concreto e muito objetivo.» -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar:-----

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- **Intervenção do Membro Municipal Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente de Câmara apreciei a sua intervenção e começo por dizer-lhe que, compreendo que as minhas intervenções o irrite um bocadinho, mas olhe que é para o lado que durmo melhor. Quero-lhe dizer, também, Senhor Presidente de Câmara, que o Senhor acabou também por nos confirmar que efetivamente havia negociações secretas há muito tempo. E, também lhe quero lembrar, Senhor Presidente de Câmara, ao contrário do que afirmou agora que, em fevereiro aquando da minha intervenção nesta sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente de Câmara ainda não tinha apresentado essas propostas, esses acordos, essas negociações aos senhores vereadores, pelo menos aos vereadores que representam a Coligação, Acreditar Lousada. Eles estão à sua beira e podem lhe confirmar o que estou aqui a dizer. Relativamente à questão da RAN, da REN, do Plano Diretor Municipal, deixe-lhe que lhe diga uma coisa, Senhor Presidente, o senhor pode dizer o que quiser sobre este assunto, não é, mas o senhor sabe muito bem que eu sei e que o senhor sabe que em fase de Revisão do Plano Diretor Municipal, é bem possível negociar com os proprietários a desafetação de terrenos e, em simultâneo pegar nesses terrenos, comprando-os, obviamente a preço justo aos proprietários ou negociando contrapartidas. Dou-vos um exemplo, uma coisa muito simples, alguém que tenha 20 ou 30 mil metros quadrados em zona de reserva agrícola ou florestal, seguramente não se importa de vender parte deste terreno ou vender esse terreno a um preço razoável e, em contrapartida, o Município encontrasse soluções alternativas para esse mesmo proprietário ou esses proprietários poderem construir numa faixa, por exemplo, de 2 ou 3 mil metros. Quem seria o proprietário que não estaria disponível a negociar nestes termos com a Câmara Municipal? A Câmara Municipal já fez várias vezes isso, em escala menor, nós sabemos todos e o Senhor Presidente sabe disso muito bem. Mas, Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga uma coisa

mais, ainda sobre a questão da Pista. O seu problema, Senhor Presidente, é que o senhor apenas quer resolver o problema da Pista. Nós também queremos resolver o problema da Pista. Porque ela neste momento não reúne as condições, como sabemos para a realização das atividades desportivas, que ali os eventos desportivos, que ali o clube automóvel deseja realizar. Mas nós queremos mais Senhor Presidente, nós queremos mais do que a Pista, nós queremos que o desporto automóvel em Lousada seja uma âncora de desenvolvimento para que se consiga trazer para Lousada outro tipo de investimentos, outro tipo de atividades, outro tipo de negócios que permitam crescer, que permitam desenvolver Lousada. E, o senhor apenas está-se a focar na Pista da Costilha. Nós queremos ir muito mais além. Espero, lamento ou melhor dizendo, lamento que não nos queira acompanhar nesta nossa opinião, mas nós não somos contra a Pista, não somos a favor da Pista, mas gostaríamos que a Pista fosse apenas mais uma alavanca para o desenvolvimento do concelho de Lousada. -----

----- Se me permite, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, mudando de assunto, queria fazer uma intervenção sobre o Pavilhão Multiusos, como sabe, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Senhoras Deputados, na última sessão da Assembleia Municipal, que não tive o prazer de estar presente por motivos de saúde, mas vi que o Senhor Presidente da Câmara abordou o tema Pavilhão Multiusos em Lousada e ainda bem que finalmente começa a dar importância ao assunto e espero que não seja agora tarde. No entanto, também verifiquei que continua a admitir construir o Multiusos na Praça do Românico. O que considero uma decisão tremendamente errada e tudo faremos para que não cometam esse erro grosseiro como em tempo já aqui abordei numa sessão desta Assembleia. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, saibam Vossas Excelências que há mais de 16 anos que os autarcas e dirigentes do PSD e também do CDS-PP, defendem a construção do Multiusos em Lousada, um espaço multifuncional para grandes eventos desportivos, culturais, recreativos, feiras e congressos nacionais e internacionais e outros eventos. Infelizmente, o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo do Partido Socialista sempre entenderam que a construção do Multiusos não era uma prioridade para Lousada. Senhores deputados recordo ainda que sempre defendemos que no Complexo Desportivo de Lousada o Multiusos deveria ter sido um dos primeiros equipamentos a ser construído. Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Deputados, em Lousada, dispomos de uma dúzia de pavilhões desportivos, mas infelizmente nenhum deles dispõe de condições acústicas para a realização de eventos. Sim, construíram pavilhões, mas sem qualidade. Mesmo o Pavilhão Municipal na Escola Secundária de Lousada, o que dispõe de melhores condições a sua acústica continua a ser inadequada, apesar das recentes obras de remodelação. Nesta região do Vale do Sousa e Tâmega já foram construídos alguns pavilhões Multiusos. Ainda recentemente, por exemplo, a freguesia de Rebordosa, em Paredes, anunciou a construção de um Pavilhão Multiusos. Meus amigos, Senhor Presidente de Câmara, se demorarmos muito a tomarmos uma atitude, um dia destes já não se

justifica a construção do Multiusos em Lousada. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Lousada, como sabem, dispõe de condições invejáveis para organizar grandes eventos nacionais e internacionais. Estamos no centro do Vale de Sousa, estamos junto à Área Metropolitana do Porto, a 20 minutos da Cidade do Porto e do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a pouco mais de 1 hora de Espanha. Temos excelentes acessibilidades, somos servidos por 3 autoestradas. Somos servidos pela linha férrea do comboio e espera-se que para breve venhamos a ter a linha do comboio Vale do Sousa Norte, desde Valongo até Felgueiras. Mais, num raio de 100 km à volta de Lousada, habitam, provavelmente, seguramente mais de 3 milhões de habitantes. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, avançando com o projeto e depois com a construção do Multiusos, queremos que saibam que defendemos que o mesmo nunca poderá ser construído como referi na Praça do Românico, mas num local de fácil acesso e com estacionamento e deverá ser um equipamento moderno, funcional e com uma lotação, no mínimo para 8 mil pessoas. Senhor Presidente da Câmara, visto que a região do Vale de Sousa já dispõe de vários pequenos Multiusos, o de Lousada a ser construído, tem de ser diferente, de melhor qualidade, com mais funcionalidades e com uma lotação maior. Lousada tem que começar a pensar em grande, se o nosso não for melhor, se não tiver melhor qualidade, se não se diferenciar relativamente aos que existem na região, inclusive na região Norte, então não se justifica gastarmos milhões de euros na construção de um Multiusos. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, da sua parte esperamos ambição, arrojo e determinação para construirmos o Multiusos que seja uma referência nacional e internacional. A construção do Multiusos não pode ser vista como mais uma despesa, mas como um investimento que trará inevitavelmente retorno financeiro para Lousada. Senhor Presidente da Câmara, o Multiusos de qualidade, incluindo qualidade arquitetónica e que permita a realização de diversos tipos de eventos, é seguramente rentável para o Município de Lousada e pode certamente potenciar o desenvolvimento do nosso concelho e não só na restauração e turismo. Grandes eventos em Lousada colocam Lousada no radar dos investidores, quem não é visto, não é lembrado. Senhor Presidente da Câmara espero que esteja à altura deste grande desafio, disse. -----

----- Intervenção da Membro Municipal, Pedro Amaral, Coligação

Acreditar Lousada: «Relativamente às informações escritas do Senhor Presidente queria apenas dois esclarecimentos. O documento afirma destacar um conjunto de realizações, mas a primeira informação não é algo realizado, mas ainda a realizar. Com a referência para o início das obras da Avenida da Igreja aqui em silvares, que afirma que vão começar a qualquer momento, mas sem especificar quando e, por isso queria questionar sobre a data concreta para o início daquelas obras tão desejadas. E, por fim, queria questionar o Senhor Vereador Nelson Oliveira e, gostava que fosse mesmo ele a responder, que já lhe fiz aqui três

questões. A colega deputada, Ana Cristina questionou, agora e, o Senhor Presidente nunca lhe dá a palavra. E, eu não quero que no fim questionem se o Senhor Vereador está de castigo. E, por isso queria saber, porque vem aqui dito que o Lousada Coworking já está a funcionar com vários utilizadores e com uma série de negócios. Eu queria saber em concreto quantos?»-----

----- **Pelas 22h45min, o Membro da Assembleia Municipal, Armando da Costa Silva, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), saiu definitivamente da sessão.** -----

----- **Intervenção de Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite a todos. Cumprimento a Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, caros colegas de Junta, Membros desta Assembleia, comunicação social, público, lousadense lá em casa. -----

----- Senhor Presidente, eu venho cá só para lhe colocar aqui duas ou três questões relativamente ao texto que nos enviou e para fazer também algumas correções. A primeira questão tem a ver com um projeto que almejo há muitos anos, tem a ver com a área do Rio Sousa e da intervenção e requalificação da área dos moinhos em Pias. Um projeto que nós na Junta de Freguesia iniciámos em bom tempo há mais de 10 anos. Fizemos a primeira negociação para aquisição daquele património dos terrenos adjacentes com proprietário e fomos bem-sucedidos nessa negociação. Tendo nós posteriormente pedido apoio à Câmara e a Câmara aceitou e muito bem tomar conta deste processo e adquirir, incluindo um conjunto adicional de terrenos adjacentes àquele que nós inicialmente pretendíamos fazer. O que é facto, é que já passaram 10 anos desde o início desse processo e Senhor Presidente, lamentavelmente zero. Eu sei que há processos em curso que são demorados, mas, Senhor Presidente, 10 anos é muito tempo. Eu lamento isto porque ainda há bocadinho relativamente à situação da Pista da Costilha, eu fico na dúvida sobre alguns fatores. É que eu vejo outros municípios, alguns aqui mesmo ao nosso lado, como é o caso de Vizela que em pouco tempo fizeram grandes investimentos de recuperação do Rio Vizela, incluindo construção de passadiço junto ao Rio Vizela, devolvendo às populações uma parte significativa daquele rio. Quanto nós temos neste espaço e inclusivamente o Município iniciou até um processo de construção de percursos pedonais para valorização do património que temos, mas que estão neste momento ao abandono sem nenhum plano de valorização e de divulgação. E, relativamente a parte fundamental do Rio Sousa, que se iniciou e muito bem um processo de recuperação, de requalificação, das margens, dos açudes e também a situação da despoluição necessária que é importante para o Rio Sousa, onde nós também, enquanto Junta de Freguesia intervimos várias vezes, incluindo até com outros Presidentes de Junta, temos chamado a atenção

de vários processos de despejo e de poluição permanentes, mas no meio disto tudo continuo sem ver, digamos a luz do dia para aquele projeto de requalificação que nós inicialmente na Junta, tínhamos intenções de o fazer numa outra perspetiva e que neste momento está tudo parado. Portanto, a pergunta é muito simples, Senhor Presidente, sei que tem outros investimentos, sei que tem com certeza outras prioridades. Mas sei que o Município tem tido ultimamente algumas prioridades no âmbito ambiental. E, tendo até criado a Área Protegida do Sousa Superior, mas não passa muito do papel em muitos aspetos, porque falta, de facto um conjunto de investimentos que são muito importantes e que têm de ser feitos. Portanto, para quando, Senhor Presidente, essa é uma questão? A outra questão é um bocadinho a brincar com assunto, mas Senhor Presidente, tem de dizer aos técnicos que redigem os textos que vem ter às nossas mãos, que tem de ter algum cuidado. Eu sei que há ali a minha vizinha freguesia de Macieira é muito repleta em Avenidas, mas de facto ainda não existe nenhuma Avenida da Igreja em Silvares. Eu não sei se foi aqui um escorregar daquilo que tem sido um conjunto de investimentos que normalmente vão para Macieira e, portanto, por norma as coisas voaram nesse sentido. Mas aquela é a Rua da Igreja, em Silvares. E, também uma outra ideia e uma outra correção é que a Rua Guerra Junqueiro, não é Boim. Também é Boim, mas começa em Pias e, portanto, é uma rua que começa em Pias, acaba em Boim. E, tem uma parte fundamental do território em Pias. E, portanto, acho que é importante corrigir essa situação na medida em que as coisas são como são. Aliás, Senhor Presidente, já agora também, o Senhor Presidente quando precisar de visitar os territórios de Pias, tem o meu número de telefone, não se engane, não vá ter a pensar que são de Boim Muito obrigado.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: -

----- «Começando por responder ao senhor deputado Leonel Vieira. Ele diz que não, mas insiste nas meias palavras, na desconfiança, na mensagem insidiosa e voltou aqui a falar em negociações secretas. Desculpem lá, mas quando reúno com alguém, eu tenho de lhe dar satisfações a si? Tenho de lhe pedir autorização? Tenho de o convocar para as reuniões que faço enquanto representante do Município? Havia alguma coisa de concreto que eu devesse partilhar, se havia apenas reuniões exploratórias? A partir do momento em que o assunto começou a ganhar corpo e forma e comecei a acreditar que era possível, tive a oportunidade de em reunião de Câmara explicar e, inclusivamente, mostrar o desenho que estava a ser equacionado nessas negociações e, portanto, eu acho que devia abster-se desse tipo de comentários, que são a sua imagem, mas que não ficam bem. Depois, para que fique claro, também mais uma vez, nós não vamos só resolver o problema da propriedade da Pista. Nós vamos criar condições para ter lá todo o tipo de eventos naquela Pista, com todas as condições e, portanto, não vamos apenas resolver o problema da legitimidade para utilizar os terrenos que estão a ser ocupados. Estamos a falar de um projeto que vai ter condições não só para o presente, mas sobretudo para o futuro.

Quanto à pista ser uma âncora de desenvolvimento, seguramente que o será. Se essas dimensões que referiu se lhe podiam acrescentar valor, sim, mas não tem de ser no mesmo espaço necessariamente, até porque nós não temos mais para onde crescer. Aliás, nas negociações que estamos a fazer com os proprietários, um dos terrenos já teve um projeto aprovado de um hotel. E, inicialmente eu sugeri ao proprietário que mantivesse aquela intenção, mas ele não quer. Na altura tinha uma expectativa de ter uma candidatura aprovada que, entretanto, não foi bem-sucedida. O que não quer dizer que no futuro não possa haver ali um hotel dentro daquele conjunto de edificado que vai existir, mas já partirá depois da iniciativa dos respetivos proprietários. E, portanto, o hotel seria sempre uma mais-valia, mas não tem de ser necessariamente nos terrenos da própria Pista. Há pouco não o disse, mas é muito mais barato recuperar uma infraestrutura que já existe do que construir tudo de raiz. A pista precisa de muitas obras, com certeza precisa de muitas melhorias, mas tem lá um investimento avultado que pode ser aproveitado. Isso é óbvio que é muito diferente. E, depois passou aqui a ideia de que isto estava a ser negociado à toa, sem perspectiva de custos. Nada disso. Nós neste momento sabemos os custos daquilo que interessa saber neste momento, ou seja, que são os custos das obras de urbanização que porventura poderá ser a Câmara a fazer. Já lhe disse que é na ordem dos 900 mil euros, mas não está fechado é entre os 800 e 900, depende do que ficar assumido pela Câmara Municipal. Agora, para nós termos uma noção exata de custos, por exemplo, na requalificação da pista, isso já requer que se faça o projeto e não vamos estar aqui a ter mais despesas com este processo antes da coisa consumir, assim como a própria ligação da outra rua que aqui foi falado. Portanto, neste momento nós sabemos os custos daquilo que poderão ser as contrapartidas das cedências das áreas que estão a ser negociadas. O resto depois será numa fase posterior. -----

----- Relativamente ao Multiusos, eu estou sempre a aprender. O senhor deputado Dr. Leonel Vieira disse aqui que sempre defenderam que o multiusos devia ser o primeiro equipamento a ser construído no Complexo. Eu já cá ando há alguns anos e aquilo que eu ouvi no início do projeto do complexo foi sempre críticas e mais críticas. Esta visão curta que o senhor aqui disse que eu tinha eram vocês que a tinham porque não souberam ver à distância, não souberam ver os méritos daquele projeto do Complexo Desportivo, que na altura foi apresentado e que de facto era muito arrojado, desde logo pela sua dimensão e pela diversidade de equipamentos que foram propostos, e que foi apelidado pela oposição como elefante branco. Esse dito elefante branco, que vocês tanto gostavam de referenciar, é bem demonstrativo que se há alguém com visão curta aqui nesta Assembleia, não será ninguém aqui do PS que sempre defendeu o Complexo Desportivo, como a dita âncora de desenvolvimento. É sempre muito agradável, até com algum orgulho, quando recebemos cá aqueles que não conhecem Lousada e que ficam pasmados com aquilo que nós temos para oferecer no Complexo Desportivo, como ainda há dias num megaencontro que houve, o Mega

Sprinter, com milhares e milhares de jovens de todo o país e respetivos responsáveis. Todos aqueles que não conheciam fizeram questão de dar os parabéns por aquilo que nós temos ali é isso que nós queremos fazer naturalmente com a pista que será igualmente uma âncora de desenvolvimento. E é nesse sentido que estamos a trabalhar. Relativamente ao Multiusos, o senhor, com a explicação que deu comparativa com os outros Multiusos que existem na região, não são tantos quanto isso. Nós temos um bom exemplo, o de Paredes, acho que foi muito feliz aquela recuperação que a Câmara de Paredes fez do Pavilhão Gimnodesportivo. Há outras ofertas, mas não as compare, porque não despertam o interesse e a atratividade que o Pavilhão Multiusos de Paredes tem. Se o nosso deve ser maior, não vamos discutir tamanhos, acho que devíamos ser sérios nesta discussão. O senhor sabe quanto é que custa um multiusos? Não deve saber, não deve saber. Ainda há dias veio nas notícias as obras do Multiusos da Póvoa de Varzim. Depende da dimensão, mas se for maior do que os outros que há por aí, custará acima de uma dúzia de milhões de euros. E, sabe quanto é que temos no nosso quadro de investimentos prioritários do Norte 2030, depois do maior reforço de sempre? Nunca o Município teve tantos recursos como vai ter agora e mesmo assim sabe quanto é que lá temos? Temos 17 milhões, mas para este tipo de obras apenas temos 11, mas 11 milhões de euros não podem ser usados no multiusos! Porque há depois uma série de metas que temos de atingir e, portanto, ainda que fosse possível alocar os 11 milhões para o multiusos acham que fazia sentido colocar os ovos todos no mesmo cesto? Alguém acha isso? Ou então o que é que vamos fazer? Vamos esgotar toda a capacidade de endividamento do Município para dizer que temos o multiusos? Essa hipótese que referi na Assembleia anterior, era uma forma de nós podermos eventualmente fazer uma fase e depois no futuro, quem vier que decida se continua. Mas aquilo que foi feito na Praça do Românico, que fosse pensado com essa possibilidade, para depois poder ter um upgrade, uma vez que se tiver o estacionamento, faria sentido pensar nisso. Agora, há uma coisa que lhe digo, se essa ideia for abandonada, não é porque o senhor é contra. Também percebo que Lousada tem quase tudo e que não é fácil dizer o que é que falta a Lousada e, de facto, se resolvermos o problema da pista de uma forma muito bem resolvida como espero que que seja, de facto, o multiusos, é aquilo que mais sentido fará almejar... Aeroporto não temos espaço para isso, não é? Estação de Caminho de Ferro aqui no centro, já vamos ter, não é? É uma questão de tempo e, eu defendo que a Estação de Caminho de Ferro seja aqui bem no centro, subterrânea e não numa zona mais distante aqui do centro da vila. E, portanto, percebo que aquilo que é mais evidente, nos grandes investimentos, o que faz sentido para Lousada é de facto o Multiusos e aí estamos de acordo. Agora temos de ter noção de que os outros municípios que conseguiram realizar esse investimento tiveram ao seu dispor instrumentos financeiros a fundo perdido que nós não tivemos, nem nós nem Felgueiras, nem Paços de Ferreira, nem Marco de Canaveses, nem Amarante. Desta vez, neste quadro comunitário 2030, a nossa Comunidade Intermunicipal foi daquelas que teve o maior

reforço de todo o norte, fruto de um trabalho muito duradouro e de forte reivindicação de todos os presidentes de Câmara e que obteve acolhimento por parte do atual Presidente da Comissão de Coordenação. E, portanto, desta vez fez-se justiça, mas fica este sentimento amargo de injustiça no passado, em que alguns Municípios tiveram acesso a financiamentos que nós não tivemos. E sem esses financiamentos eu acho que atualmente é quase suicida o Município avançar para um projeto dessa dimensão, porque tinha de descurar tudo o resto, tinha de descurar o projeto, por exemplo, que o Presidente da Junta estava ali a referenciar dos moinhos, tinha de descurar tudo o resto. É óbvio que eu gostaria muito de ver o multiusos realizado, mas temos de ter noção da envergadura que esse investimento acarreta e das dificuldades que é financiá-lo. Eu ainda tive a oportunidade de perguntar ao Secretário de Estado de então, quando o PRR começou a dar os primeiros passos, até que ponto é que poderia ser possível? E foi-me dito logo para esquecer que o PRR não ia financiar multiusos. Veremos depois, no futuro. Agora, quem sempre defendeu o Multiusos no Complexo Desportivo fomos nós, temos terreno para o efeito. Um dia haveremos de ter um Multiusos, acho que isso é uma questão de tempo, de anos, não sei quantos. Quando houver condições do ponto de vista financeiro para realizar essa obra e se ela for feita no Complexo, tem uma desvantagem que não teria uma localização mais central. Se fosse uma localização mais central os utentes desse equipamento tenderiam a explorar a envolvente, a ir aos restaurantes, lojas, etc. Quando são zonas um pouco mais distantes e apesar da distância ao Complexo não ser tão grande, mas para vir a pé até ao centro já não é tão fácil. Há a tendência de acontecer aquilo que acontece noutros Multiusos, onde todos nós já fomos quando vamos ver um espetáculo e depois já não vamos ao centro daquela cidade almoçar ou jantar. Aproveitamos e vamos a outro sítio qualquer. Só vejo essa desvantagem. Aliás, no passado, quando nós negociamos os terrenos, para o circuito pedonal com a Quinta de Vila Meã, uma das propostas que lhes fiz é que se rasgasse um novo arruamento desde esta nova avenida, aqui junto à central de autocarros, em direção à rua de acesso ao complexo, em que podiam urbanizar aquele quarteirão. A quinta não perdia, na minha opinião, a identidade. A reconstrução que fizemos da frontaria da quinta tínhamo-la feita mais recuada naquele arruamento e ficávamos com o complexo muito mais próximo do centro. Disseram que não valia a pena insistir e, portanto, enfim no futuro, quem sabe... já demolimos os muros e a frontaria uma vez... Acho que fazia todo sentido aproximar o Complexo do centro da vila. Nunca se sabe no futuro, se isso poderá ser possível. -----
----- Depois relativamente à questão do Dr. Pedro Amaral, Avenida da Igreja, data concreta, não sei, mas será a todo o momento. A obra está adjudicada e o contrato está feito. Agora é uma questão de articular com o empreiteiro a consignação. Será a muito curto prazo. Agora a data concreta não lhe posso dizer, porque nem passa por mim. Mas posso na próxima semana saber e informar, nomeadamente, o Senhor Presidente da Junta, se tiver curiosidade. -----

----- Depois, relativamente ao projeto dos Moinhos de Pias que o Senhor Presidente falou, não creio que tenha sido há 10 anos que nós começamos a falar sobre isto. De qualquer modo, foi há muito tempo. Foi há muito tempo, mas não estamos parados. Temos o principal problema resolvido, que é a aquisição dos terrenos. Nós tínhamos dois caminhos possíveis, ou fazíamos uma obrinha qualquer para dizer que já fizemos qualquer coisa, e até se fazia uma inauguração, como há quem goste, ou eramos ambiciosos para se fazer uma coisa que pode ser ímpar. E é isso que nós estamos a procurar fazer. Temos já há um ano um projeto que já foi inclusivamente divulgado publicamente e estamos a ultimar o projeto de execução. E agora temos um investimento para fazer na ordem de 1 milhão e qualquer coisa. Tínhamos sinalizado esse projeto junto da Agência Portuguesa do Ambiente, num evento que fizemos no local, em que o Senhor Presidente da Junta esteve presente. Obtivemos ao fim de não sei quantos anos um financiamento da APA para recuperar uma pequena parte das margens do Rio Sousa e depois fizemos lá esse evento, sobretudo para mostrar a quem de direito, com responsabilidades nesta matéria e que gere uma verba que está à parte dos Fundos Comunitários, a Agência Portuguesa do Ambiente, que gere o Fundo Ambiental que tem muitos recursos para esse tipo de abordagens e estava previsto inclusivamente, trazermos o Ministro da altura cá ao concelho para lhe mostrar em concreto aquilo que era o nosso propósito, aquilo que estava pensado com aquele projeto. Entretanto, o Governo caiu, mas o projeto continua a ser meritório. Não vamos desistir dele. Se fosse por essa via do Fundo Ambiental, era mais fácil, caso contrário, teremos de alocar uma parte dos fundos do 2030 para isso, mas é uma obra prioritária para nós e que está sinalizada. Agora já o disse, Senhor Presidente, não vale a pena estar aí a lamentar, como é que você resolve os seus problemas sem recursos, não faz as obras e depois vê-se como se paga, não é assim... Portanto nós e toda a gente sabe, é público, eu disse-o na última reunião da Assembleia, este quadro comunitário já leva 2 anos de atraso. Vão começar a sair este ano os primeiros avisos. Portanto, as coisas estão devidamente preparadas para a seu tempo poderem ser objeto de candidaturas e depois abertura das empreitadas, etc. Portanto, o senhor não está mais impaciente do que nós estamos. Agora, não é justo dizer que não se fez nada, ou que as coisas estão paradas, porque, entretanto, houve a resolução de um problema que poderia inquinhar todo este processo, que é sempre muito difícil, que é a questão dos terrenos, isso está assegurado. E já investimos nos projetos. E, portanto, estamos em condições agora de, a todo o momento, poder apresentar candidatura para realizar esses e muitos outros projetos que, neste domínio ambiental e noutros queremos executar. Aquele exemplo que deu do Rio Vizela foi um caso desses em que aquele financiamento foi via Fundo Ambiental. -----

----- Já agora, queria dar-lhe nota de que eu conheço os limites do concelho e também conheço os das freguesias, embora para mim as freguesias são todas iguais e não faço questão de ver onde é que é o limite da freguesia A e da freguesia B, sobretudo quando é no meio dos campos que foi o caso. Portanto, o senhor podia ter sido mais explícito. Esse limite de

freguesia é no meio dos campos, portanto estava na convicção de que era Boim, mas afinal era Pias, mas também não é por um bocado de erva que o senhor se vai zangar comigo... -----

----- Depois dizer aqui ao Dr. Pedro Amaral que os Senhores Vereadores têm direito, de facto, a estar aqui, mas quem decide se eles falam, ou não, sou eu, não é o senhor. Se for uma questão pessoal, quer seja os Vereadores com pelouros, quer seja os outros, têm direito de se defenderem, caso contrário, estão a assistir à Assembleia, a não ser que o Presidente entenda que é útil o testemunho do Senhor Vereador. Mas para o senhor ficar contente, eu vou dar a palavra aqui ao Dr. Nelson.» -----

-----**Intervenção do Senhor Vereador Nelson Oliveira, Partido Socialista:**

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Já tem saudades, Dr. Pedro Amaral, tem saudades da minha voz, e dos meus esclarecimentos. Vai ter muito tempo para ouvir, mas não é mais sobre este tema. Relativamente ao Coworking, efetivamente está a correr bastante bem. Temos um mês de abertura. E de 12 secretárias que temos na parte de cima, temos 9 utilizações de áreas variadíssimas. Dou-lhe aqui alguns exemplos, arquitetura, contabilidade, informática, até jornalismo, marketing, tradução. Pessoas de Lousada, a maior parte delas. Mas algumas até de longe, Braga, Felgueiras, portanto, estamos a ter bastante utilização e num regime interessante. Passei hoje e não estava lá ninguém porque é a questão do Coworking, é mesmo essa é mobilidade de pessoas a trabalhar. Utilizações pontuais, também temos tido várias que usam a sala, portanto, aquelas pequenas reuniões, de pessoas daqui que tem negócios estáveis aqui, portanto, está a correr bastante bem. Espera-se que com a Casa da Juventude ganhamos também outras valências para públicos maiores, apresentações de produtos, ou o que seja, reuniões empresariais. Não tenho dúvidas que será um sucesso que em breve estamos a ultimar os pormenores que façamos essa abertura da casa da Juventude, tal como o Senhor Presidente disse.» -----

-----**Continuação da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal,**

Pedro Machado: «Depois para terminar ainda os esclarecimentos. Também, foi dito pelo Senhor deputado Dr. Leonel Vieira, que o Multiusos seria, enfim também uma âncora de desenvolvimento, uma atração de investimento, não digo o contrário, mas atração de investimento, tenho dúvidas. Agora o Multiusos, sobretudo ia projetar ainda mais Lousada, porque ia captar pessoas para os diversos eventos que lá se realizassem. Agora sem prejuízo de achar pertinente e defender o Multiusos quando houver condições financeiras para ele ser uma realidade, não é por isso que nós não despertamos o interesse dos investidores. Eu não sei se tiveram oportunidade de ler a notícia deste último investimento que foi realizado em Lousada, uma clínica de diálise, que vai abrir a 8 de julho. O dono da empresa diz na comunicação social aquilo que nós ouvimos dizer por aí e que muitas das vezes a nossa oposição teima em não aceitar e dizer o contrário. E, basicamente uma das razões pela qual ele apostou em

Lousada, diz na notícia, devido ao ambiente propício para negócios do concelho, pelas características demográficas e respetiva localização. No primeiro contato e tendo em conta as diversas viabilidades, comercial, a técnica, profissional, legal e económica, senti que em Lousada é um habitat muito estimulante para poderem empreender. Depois, também tece lá umas considerações e elogios ao Presidente da Câmara e à Câmara, de uma forma que não me sinto merecedor delas, mas fiz com aquele investidor aquilo que faço com todos, que é tentar resolver problemas, de os acolher da melhor forma para que eles fiquem com uma impressão positiva, não só do concelho, mas também da estrutura que tem a responsabilidade de gestão do concelho. Não conhecia o investidor de lado nenhum e, por isso, presumo que aquilo que ele disse é genuíno e sentido e é bem demonstrativo do dito ambiente acolhedor e propício para o investimento que existe aqui no nosso concelho.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 33 membros.-----

2.----- Refeições escolares para o ano letivo 2024/2025 - autorização para assunção de compromissos plurianuais. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11/06/2024, deliberou por unanimidade aprovar e **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação nos termos estabelecidos na alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a autorização para assunção de compromissos plurianuais, referente à aquisição de serviços de refeições escolares para o ano letivo de 2024/2025**, cujo valor máximo estimado é de 401.918,40€ (quatrocentos e um mil, novecentos e dezoito euros e quarenta cêntimos), acrescidos do respetivo IVA, repartido da seguinte forma: ----
-----Ano de 2024: 144.278,40€ (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e oito euros e quarenta cêntimos) +IVA; -----
-----Ano de 2025: 257.640,00€ (duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta euros) + IVA. -----

----- **Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----No uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a **Assembleia**

Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos, a autorização para assunção de compromissos plurianuais, referente à aquisição de serviços de refeições escolares para o ano letivo de 2024/2025, cujo valor máximo estimado é de 401.918,40€ (quatrocentos e um mil, novecentos e dezoito euros e quarenta cêntimos), acrescidos do respetivo IVA, repartido da seguinte forma: -----

-----Ano de 2024: 144.278,40€ (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e oito euros e quarenta cêntimos) +IVA;-----

-----Ano de 2025: 257.640,00€ (duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta euros) + IVA. -----

3. -----Prestação de contas consolidadas 2023.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por maioria, aprovar e **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para apreciação e votação dos documentos da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Lousada, referente ao exercício de 2023**, acompanhadas da Certificação Legal das Contas e do Parecer do Revisor Oficial de Contas (C&R - Ribas Pacheco, SROC, Lda.), para efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual redação -----

----- **Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual redação, a **Assembleia Municipal de Lousada, aprovou com 22 votos a favor (21 do Partido Socialista e 1 da Coligação Acreditar Lousada) e 8 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, os documentos da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Lousada, referente ao exercício de 2023, acompanhadas da Certificação Legal das Contas e do Parecer do Revisor Oficial de Contas (C&R - Ribas Pacheco, SROC, Lda.)**. -----

-----As oito abstenções foram dos seguintes Membros Municipais da Coligação Acreditar Lousada:-----

- Leonel Vieira; -----
- Agostinho Gaspar de O. Ribeiro; -----
- Sandra Maria Leonor P. da Silva; -----

- Pedro Amaral; -----
 - Ana Cristina leal Moreira; -----
 - André António das Neves Magalhães; -----
 - Diogo Agostinho C. Aires, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela e, -----
 - Fausto Manuel Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----
-

4. ----- Alteração ao mapa de pessoal 2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade aprovar e, submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024, no que concerne à criação do lugar de Técnico de Educação Ambiental e de Conservação Florestal, com a referência 2.49., cumprindo o estipulado n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Ausentou-se da sala o(a) Membro Municipal da Assembleia, Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada.** -----

----- **Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista no n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 29 votos a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024**, no que concerne à criação do lugar de Técnico de Educação Ambiental e de Conservação Florestal, com a referência 2.49. -----

5. ----- Plano Municipal de Ação Climática de Lousada. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11/06/2024, deliberou por unanimidade aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, o Plano Municipal de Ação Climática de Lousada, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:-

----- No uso da competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 29 votos o Plano Municipal de Ação Climática de Lousada.**

6. -----Plano de Comunicação para Emergência(s) na Qualidade da Água para Consumo Humano.

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11/06/2024, deliberou por unanimidade aprovar e **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, o Plano de Comunicação para Emergência(s) na Qualidade da Água para Consumo Humano**, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----

----- No uso da competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 29 votos o Plano de Comunicação para Emergência(s) na Qualidade da Água para Consumo Humano.**

7. -----Plano de Segurança de Água.

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11/06/2024, deliberou por unanimidade aprovar e **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, o Plano de Segurança de Água**, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

-----**Regressou à sala o(a) Membro Municipal da Assembleia, Leonel Vieira, da Coligação Acreditar Lousada.**-----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

----- No uso da competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos o Plano de Segurança de Água.**-----

8. -----Atribuição de um subsídio no valor de 12.287,52€, à Junta de Freguesia de Macieira - Reparação/substituição da cobertura do edifício da Sede da Junta de Freguesia de Macieira.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio no valor de 12.287,52€(doze mil, duzentos e oitenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), à Junta de Freguesia de Macieira** para reparação/substituição da cobertura do edifício da Junta de Freguesia, telas asfálticas, rufos, tratamento de paredes e pinturas, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou, por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio no valor de 12.287,52€ (doze mil, duzentos e oitenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), à Junta de Freguesia de Macieira** para reparação/substituição da cobertura do edifício da Junta de Freguesia, telas asfálticas, rufos, tratamento de paredes e pinturas.-----

9. -----Atribuição de um subsídio no valor de 14.416,00€, à Junta de Freguesia e Macieira - Alargamento da Avenida Adriano Rafael e Caminho

do Burgo.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, no valor de 14.416,00€(catorze mil e quatrocentos e dezasseis euros), à Junta de Freguesia de Macieira**, no âmbito do alargamento da Avenida Adriano Rafael e do Caminho do Burgo, em Macieira, surge a necessidade de se proceder à construção de um muro em alvenaria de pedra, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou, por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, no valor de 14.416,00€ (catorze mil e quatrocentos e dezasseis euros), à Junta de Freguesia de Macieira**, no âmbito do alargamento da Avenida Adriano Rafael e do Caminho do Burgo, em Macieira, surge a necessidade de se proceder à construção de um muro em alvenaria de pedra. -----

10.-----Atribuição de um subsídio no valor de 13.838,98€, à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga - Substituição da cobertura do Edifício da Sede de Junta de Freguesia de Nogueira. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, no valor de 13.838,98€(treze mil, oitocentos e trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga**, para substituição da cobertura do edifício da Junta de freguesia de Nogueira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º

da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou, por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, no valor de 13.838,98€ (treze mil, oitocentos e trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, para substituição da cobertura do edifício da Junta de freguesia de Nogueira.** -----

11.-----Atribuição de um subsídio no valor de 12.711,52 €, à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga - Beneficiação da Rua da Igreja e Rua Alto da Portela. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, no valor de 12.711,52€(doze mil, setecentos e onze euros e cinquenta e dois cêntimos), à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no âmbito da Beneficiação da Rua da Igreja e Rua Alto da Portela, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou, por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, no valor de 12.711,52€ (doze mil, setecentos e onze euros e cinquenta e dois cêntimos), à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no âmbito da Beneficiação da Rua da Igreja e Rua Alto da Portela.** -----

12.-----Atribuição de um subsídio no valor de 6.105,60€, à Junta de Freguesia de Meinedo - Construção de muro na Rua da Escola de Sub-Ribas.

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, no valor de 6.105,60€ (seis mil, cento e cinco euros e sessenta cêntimos), à Junta de Freguesia de Meinedo, para a construção de muro na Rua da Escola de Sub-Ribas - Meinedo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, no valor de 6.105,60€ (seis mil, cento e cinco euros e sessenta cêntimos), à Junta de Freguesia de Meinedo, para a construção de muro na Rua da Escola de Sub-Ribas - Meinedo.** -----

13.-----Atribuição de um subsídio no valor de 10.779,72€, destinado a intervenções no Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo e 2.825,00€ + IVA, para aquisição de bomba de calor. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Meinedo, no valor de 10.779,72€ (dez mil, setecentos e setenta e nove e setenta dois euros), destinado a várias intervenções e, 2.825,00€ (dois mil e oitocentos e vinte e cinco euros), acrescido do valor do IVA, para aquisição de uma bomba de calor, perfazendo o total de 14.274,43€ (catorze mil duzentos e setenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos), ambos para o Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Meinedo, no valor de 10.779,72€ (dez mil, setecentos e setenta e nove e setenta dois euros), destinado a várias intervenções e, 2.825,00€ (dois mil e oitocentos e vinte e cinco euros), acrescido do valor do IVA, para aquisição de uma bomba de calor, perfazendo o total de 14.254,47€ (catorze mil duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), ambos para o Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo.** -----

14.-----Atribuição de um subsídio no valor de 5.702,49€, à Junta de Freguesia de Sousela - Pavimentação a cubos de granito na Rua da Eira Vedra e Agra da Leira. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Sousela, no valor de 5.702,49€ (cinco mil, setecentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos)**, destinado à pavimentação em cubos de granito na Rua da Eira Vedra e Agra da Leira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----**

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Sousela, no valor de 5.702,49€ (cinco mil, setecentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos)**, destinado à pavimentação em cubos de granito na Rua da Eira Vedra e Agra da Leira.

15.-----Atribuição de um subsídio no valor de 12.847,00€, à Junta de Freguesia de Caíde de Rei - Construção de muros de pedra para o alargamento da Rua Mário Almeida. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Caíde de Rei, no valor de 12.847,00€ (doze mil, oitocentos e quarenta e sete euros)**, para a construção de muros de pedra para o alargamento da Rua Mário Almeida, Caíde de Rei, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----**

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Caíde de Rei, no valor de 12.847,00€ (doze mil, oitocentos e quarenta e sete euros),** para a construção de muros de pedra para o alargamento da Rua Mário Almeida, Caíde de Rei. -----

16.-----Atribuição de um subsídio no valor de 47.903,52 € à Junta de Freguesia do Torno - Restauro do Edifício da Sede da Junta de Freguesia do Torno. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia do Torno, no valor de 47.903,52€ (quarenta e sete mil, novecentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos),** para obras de restauro do edifício da Junta de Freguesia do Torno, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----**

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia do Torno, no valor de 47.903,52€ (quarenta e sete mil, novecentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos),** para obras de restauro do edifício da Junta de Freguesia do Torno, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

17.-----Atribuição de um subsídio no valor de 10.283,36€, à União de Freguesias de Figueiras e Covas - Obras de melhoramentos na Sede da Junta de Freguesia de Figueiras e pintura das Capelas Mortuárias de Figueiras e Covas. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, à União de Freguesias de Figueiras e Covas, no valor de 10.283,36€ (dez mil, duzentos e oitenta e três euros e trinta e seis cêntimos),** para obras de melhoramentos

na Sede da Junta de Freguesia de Figueiras e pintura das Capelas Mortuárias de Figueiras e Covas, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 voto, a atribuição de um subsídio, à União de Freguesias de Figueiras e Covas, no valor de 10.283,36€ (dez mil, duzentos e oitenta e três euros e trinta e seis cêntimos),** para obras de melhoramentos na Sede da Junta de Freguesia de Figueiras e pintura das Capelas Mortuárias de Figueiras e Covas. -----

18.-----Atribuição de um subsídio no valor de 19.080,00€, à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém - Alargamento da Rua do Cimo de Vila. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 19.080,00€ (dezanove mil e oitenta euros),** para execução do alargamento da Rua do Cimo de Vila, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 voto, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 19.080,00€ (dezanove mil e oitenta euros),** para execução do alargamento da Rua do Cimo de Vila. -----

19.-----Atribuição de subsídio no valor de 11.532,80€, à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém - Execução de trabalhos de águas pluviais, assentamento de cubos de granito e iluminação da via. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 11.532,80€ (onze mil, quinhentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos)**, destinado à execução dos trabalhos de águas pluviais, assentamento de cubos de granito e iluminação da via – Rua da Igreja, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 voto, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 11.532,80€ (onze mil, quinhentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos)**, destinado à execução dos trabalhos de águas pluviais, assentamento de cubos de granito e iluminação da via – Rua da Igreja. -----

20.-----Construção dos acessos ao Campo de Futebol de Nevogilde – Interesse Público Municipal. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/06/2024, deliberou, por unanimidade, **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da emissão da declaração de Interesse Público Municipal**, tendo em vista o pedido de desafetação da RAN dos terrenos que vão garantir a construção dos acessos ao campo de futebol, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro. -----

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:**-----

-----No uso da competência prevista n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 voto, a emissão da declaração de Interesse Público Municipal, tendo em vista o pedido de desafetação da**

RAN dos terrenos que vão garantir a construção dos acessos ao campo de futebol.

21.-----Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - destinado aos Movimentos Séniores.

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11/06/2024, deliberou **submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe é conferidas pela alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de um apoio financeiro às Juntas de Freguesia, destinado aos Movimentos Séniores (Comemoração do Dia Mundial dos Avós), que lhe estão adstritos, de acordo com a tabela infra:**

MOVIMENTO SENIOR	ENTIDADE PARCEIRA	SUBSÍDIO A ATRIBUIR
Aveleda	Junta de Freguesia da Aveleda	308€
Boim	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	242€
Cristelos	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	308 €
Lodares	Junta de Freguesia de Lodares	484€
Nevogilde	Junta de Freguesia de Nevogilde	561€
Nogueira	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	385€
Ordem	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	231€
S. Miguel	União de Freguesias Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida)	209€
Silvares	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	242€

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----**

-----No uso da competência prevista alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um apoio financeiro às Juntas de Freguesia, destinado aos Movimentos Séniores (comemoração do Dia Mundial dos Avós), que lhe estão adstritos.**

22.-----Relatório de Execução Orçamental e Financeiro – 2024 (1.º Trimestre), da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27/05/2024, deliberou, por unanimidade, **submeter à Assembleia Municipal, os documentos relativos ao Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 2024 (1.º Trimestre), da empresa Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas – E. M - Sociedade Unipessoal Lda., para efeitos de acompanhamento e controlo, nos termos previstos no artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015. -----**

-----**Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:-----**

-----No uso da competência prevista no art.º 42.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos relativos ao Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 2024 (1.º Trimestre), da empresa Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas – E. M - Sociedade Unipessoal Lda., pelos 30 membros municipais presentes na sessão ordinária. -----**

23.-----Designação de um/uma representante pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Lousada. -----

----- A proposta número 01/AML/2024, do seguinte teor: “Considerando que o mandato do(a) atual membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada), Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita (PS), se encontra esgotado, conforme estipulado no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 147/99, propõe-se esta Assembleia Municipal a eleição, por voto secreto, de Eduarda Filipa Pereira Ferreira (PS), para integrar a CPCJ de Lousada.” -

----- **A Assembleia Municipal deliberou a proposta n.º 01/AML/2024, por escrutínio secreto eleger como representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada, Eduarda Filipa Pereira Ferreira (PS), com 29 votos a favor e 1 branco. -----**

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público.** -----

----- Foi informado o Municípes inscrito para intervir na Assembleia Municipal (Período da Intervenção do Público) que a mesma estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhes entregues a folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**Pelas 23h35min, saíram definitivamente da sessão os seguintes Membros Municipais da Assembleia:** -----

- Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Coligação Acreditar Lousada;
- José Joaquim Ribeiro da Cunha, representante legal de Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira, Partido Socialista e, -----

A senhora Presidente da Assembleia, LURDES CASTRO, deu a palavra ao Múncipe para fazer a sua intervenção: -----

----- **Intervenção do Sr. José Carlos Carvalheiras:** «Muito boa noite a todos, sem diferenciar. Estive aqui em trabalho e agora, exercendo um bocado de cidadania, vou fazer uma pequena intervenção. Fazendo antes duas abordagens que não tinha, quem segue o meu trabalho, felizmente são algumas pessoas, sabem que eu gosto de me dedicar à Memória Social e a Identidade Coletiva de Lousada. E, recentemente com edição InovLousada e do Jornal Lousadense, lancei um livro sobre o 25 de Abril está à venda. Acho que qualquer cidadão, principalmente quem representa Lousada nesta Instituição devia ter um exemplar desses, passa modéstia! Acho que ficam bem servidos porque trata-se ali de Memória Social, Identidade Coletiva de Lousada. E, é de Identidade Coletiva e Memória Social que eu quero intervir no primeiro tema. Fiquei espantado ao saber que não foi guardado um momento de silêncio por um homem que frequentou esta Instituição durante 20 anos. Tirando meia dúzia de pessoas daqui se calhar, todos juntos não tiveram tantas Assembleias Municipais como esse Senhor. E, eu não morria de amizades por ele, nem ele por mim. Mas há que reconhecer foi um grande autarca de Lousada. Um dos maiores. Curiosamente era socialista. Morreu socialista. Missa de sétimo dia foi na segunda-feira. Fiquei, fiquei sentido e tem a ver com a tal questão da Memória social e Identidade Coletiva que morre todos os dias nesta Terra. De uma forma ou de outra, e isto é um exemplo. -----
O assunto principal que me traz, isto não foram apartes, obviamente, isto foram questões que achei que devia aproveitar a oportunidade. -----
O tema que trago não esgota nos 5 minutos que são 5 minutos, sim ou 10... E, trago um pedido ao senhor Presidente da Câmara para uma questão

que me é muito querida, muito cara e que me toca muito. Tem a ver com a Banda Musical de Lousada. A maior parte das pessoas e eu quero acreditar que todos estão aqui, sabem o que se passa. A Banda Musical de Lousada, está a ser atacada vilmente e juridicamente. Parece que a questão não dá muito azo a especulação, a lei é cega, mas trata-se de uma questão eminentemente simbólica e cultural. Quem está a par do assunto sabe que isto é verdade. Sabe que há uma componente muito forte e que isto não se trata só de uma questão jurídica, a questão do nome e, da identidade daquela instituição. Uma instituição fundada em 1855. Por mais que queiram branquear apoderar-se, roubar a história. A Banda Musical de Lousada, está numa posição frágil. O Instituto, creio que se chama Instituto de Propriedade Industrial que decreta sobre as denominações, atribui um parecer que lhe é negativo. Se a entidade nada fizer, vai ter de mudar de nome. Uma entidade que se chama Banda Musical de Lousada, não Banda de Música de Lousada é um nome que deu lugar a toda esta questão. Uma entidade que tinha uma Banda Filarmónica, à qual chamava Banda de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada, de repente, lembrou-se que vamos passar a chamar Banda de Música de Lousada. Obviamente, que uma entidade que tutela as designações em Portugal nota conflito entre Banda de Música de Lousada e Banda Musical de Lousada. Parece que o elo mais fraco é o que perde nesta questão, por isso é que alguém deve intervir. Isto não me parece que seja uma questão de justiça, uma questão de tribunais, uma questão advocacia, isto é uma questão eminentemente simbólica e cultural. Se entenderem que estou certo, que é plausível, façam alguma coisa, meto a mão naquilo. Pronto, posso não ter dito da melhor forma, mas acho que fiz passar a mensagem. E, obrigado pela vossa atenção.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** Relativamente à intervenção do cidadão Dr. José Carlos Carvalheiras, dois assuntos. O primeiro, terá falado do ex-presidente da Junta de Freguesia de Santa Eulália de Barrosas. Eu não conheci, mas naturalmente que conheço por aquilo que ouvi dizer, por aquilo que foi o contributo que ele deu quando era autarca de uma das freguesias do concelho de Lousado. O município fez-se representar no funeral. Relativamente ao eventual voto de silêncio, ou não, ninguém o propôs, mas não foi por desconsideração. Não vou acrescentar muito a isso. Mas há aqui uma circunstância também que, se calhar, pode ter sido a razão pela qual as pessoas não sentiram que fosse imperativo fazê-lo, porque de facto terá dado da melhor forma possível o contributo para o engrandecimento da sua freguesia e do concelho na altura, mas também foi sobre a liderança dele que aquela freguesia passou para o concelho de Vizela, ou se não foi sob a liderança dele, teve uma intervenção ativa e, se calhar, por essa razão é que ninguém se lembrou. Mas deu o seu melhor, seguramente, e foi um eleito pelo Partido Socialista. Portanto, esse mérito ninguém o tira, mas, entretanto, houve um corte, houve um corte umbilical a partir do momento em que houve a criação do concelho de Vizela e a

separação daquela freguesia e porventura terá sido essa a razão pela qual não foi lembrado. Não me compete defender os grupos parlamentares, mas creio que me parece óbvio que terá sido essa a razão. Portanto, não é propriamente uma desconsideração pelo trabalho que ele fez aqui também enquanto representante da Freguesia, mas porventura terá sido por essa razão que ninguém se sentiu o impulso de propor esse voto de silêncio. -----

-----Relativamente à Banda Musical de Lousada, eu percebo a sua intervenção e a sua preocupação, mas são assuntos muito sensíveis que devemos ter algum cuidado na sua abordagem, porque ambas as associações são merecedoras do nosso respeito e da nossa consideração e, portanto, acho que devemos evitar atacar uma delas, ou pôr-nos do lado de uma delas, pelo menos naquilo que me toca a mim. Nunca o fiz. No passado, a Câmara já deu um contributo para amenizar aquele clima de crispação que existia entre as duas. Infelizmente, apesar desse esforço e daquilo que foi feito na altura, não ficou tudo resolvido. E, esse problema que referiu tem que ver com uma marca que a Banda Musical de Lousada registou e depois foi impugnado, etc. Há dias recebi os representantes desta associação. Agora vou falar com os representantes da outra associação e vou tentar procurar, enfim, uma saída consensual para este assunto, porque acho que isto não aproveita a ninguém, mas quando os problemas já vêm do passado, depois fica na memória e não é fácil ultrapassá-los. Mas, sim, eu percebo a sua intervenção e na parte que me toca, vou procurar estabelecer esse consenso, apesar de não ser fácil e de já se ter tentado no passado e pelos vistos não ficou tudo resolvido. Mas uma solução para este problema, concordo consigo, não deve passar pelos tribunais, não deve passar por impugnações. Deve passar por as pessoas se sentarem à mesa e procurar uma solução que dignifique ambas as associações e que de preferência as fortaleça. E por parte da Banda Musical Lousada, eu senti por parte do Senhor Presidente da Direção que tem essa disponibilidade, esse interesse, inclusivamente até para estabelecer parcerias de colaboração com a Associação de Cultura Musical. Agora vou falar com os representantes da Associação de Cultura Musical para ver se encontrarmos um entendimento.» -----

-----E nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao senhor Rúben João Pinto Bessa, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que leu a Minuta da Ata.** -----

----- E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro,** submeteu à votação a Minuta da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal n.º 16/2024, de 27 de junho de 2024, **que foi aprovada por unanimidade de 28 votos** e que fica apensa a esta ata, **declarando a sessão encerrada às 00 horas e 00 minutos.** -----

----- **FALTARAM À SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS MUNICIPAIS:** -----

- Joaquim José Correia Bessa, da Coligação Acreditar Lousada; -----
- Carlos Manuel Moreira; da Coligação Acreditar Lousada; -----
- João Fernando Magalhães, Presidente da União de Freguesias de Figueiras e Covas, da Coligação Acreditar Lousada; -----
- José Oliveira Nunes, Presidente de União de Freguesias de Nespereira e Casais, da Coligação Acreditar Lousada e, -----
- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, do Partido Socialista. -----

Lousada, 27 de junho de 2024.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro _____

O 1º Secretário

Ruben João Pinto Bessa _____

O 2º Secretário

Maria José Pacheco Meireles Magalhães _____

Ata aprovada na sessão ordinária de __/__/2024 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 27/06/2024.